



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NICHOLAS PRASS DA VEIGA

Imperialismo no Japão: Uma análise comparativa das teorias realista, leninista e nacionalista

Florianópolis
2024

Nicholas Prass da Veiga

Imperialismo no Japão: Uma análise comparativa das teorias realista, leninista e nacionalista

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

Florianópolis
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Veiga, Nicholas Prass da
Imperialismo no Japão : Uma análise comparativa das
teorias realista, leninista e nacionalista / Nicholas
Prass da Veiga ; orientador, Helton Ricardo Ouriques, 2024.
51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Teorias do Imperialismo.
3. Imperialismo Japonês. I. Ouriques, Helton Ricardo. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

Nicholas Prass da Veiga

Imperialismo no Japão: Uma análise comparativa das teorias realista, leninista e nacionalista

Florianópolis, 12 de julho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Me. Gabriel Sebben Tadiello
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Orientador

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Concluo minha graduação com a certeza de que só cheguei onde estou por conta do apoio daqueles que amo. Agradeço a minha mãe, Sonia e minha irmã, Vanessa, que em todos os momentos me ampararam e encorajaram. A gratidão que sinto por ter vocês em minha vida é imensurável. Eu amo vocês, muito obrigado. Agradeço também aos amigos que trago no peito há quase uma década: Gusta, Gepra, JG, Ro e ao FJ. Guardo com carinho na memória todos os momentos que passamos juntos, todos os esquerdas e noites de jogos. Obrigado por sempre estarem presentes. Igualmente, agradeço aos amigos que fiz durante a graduação. Tenho a certeza de que minha experiência na Universidade não teria sido tão incrível quanto foi, se não fosse por vocês. Guto, Deca, Duda, Bomfim, obrigado por terem compartilhado comigo esses anos maravilhosos.

Não poderia deixar de agradecer também ao Einstein Floripa. Participar do projeto foi uma das coisas mais gratificantes que fiz durante a graduação. Devo muito de quem sou hoje a esse projeto que me acolheu durante a pandemia, me permitiu trabalhar em prol de uma causa linda e me propiciou tanto desenvolvimento como pessoa e profissional. Agradeço ao projeto também por ter me apresentado a tantas pessoas que hoje levo no coração. Obrigado Gab, Felipe, Lulu e Gi por todos os rolês, coworkings, todas as fofocas e memórias felizes que criamos. Espero que saibam o quão profundamente eu aprecio vocês.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, por ter proporcionado que eu vivesse tantas experiências edificantes. Obrigado a todos os professores que contribuíram para minha formação. Em especial, agradeço a Prof^a Clarissa, por todo seu suporte e conselhos durante a graduação, e ao Professor Helton pela orientação não só durante as aulas, mas com essa monografia também. Foi um prazer.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar o imperialismo japonês durante a Era dos Impérios (1875-1914), utilizando três diferentes teorias: a Realista de Morgenthau, a Leninista e a Nacionalista. Inicialmente, o estudo apresenta cada uma das teorias e suas especificidades. Em seguida, contextualiza o Japão pré-moderno, passando pelo período Edo e a Restauração Meiji, que marcam a transição do Japão para uma potência imperialista. Através de uma análise comparativa, o trabalho avalia como cada teoria explica o surgimento e as motivações do imperialismo japonês. A teoria Realista destaca a busca pelo poder e a segurança no sistema internacional anárquico, enquanto a teoria Leninista enfoca a exploração econômica e a expansão capitalista. Já a teoria Nacionalista aborda o papel do sentimento de superioridade nacional e a busca por reconhecimento internacional. Conclui-se que, embora cada teoria forneça insights valiosos, uma compreensão completa do imperialismo japonês requer uma abordagem multifacetada que considere as diversas motivações e contextos históricos, a qual, neste caso, é melhor propiciada pela teoria realista.

Palavras-chave: Imperialismo japonês. Teoria Realista. Teoria Leninista. Teoria Nacionalista. Era dos Impérios.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze Japanese imperialism during the Age of Empires (1875-1914) using three different theories: Morgenthau's Realism, Leninism, and Nationalism. Initially, the study contextualizes pre-modern Japan, covering the Edo period and the Meiji Restoration, marking Japan's transition to an imperialist power. Through a comparative analysis, the paper evaluates how each theory explains the emergence and motivations of Japanese imperialism. The Realist theory highlights the pursuit of power and security in the anarchic international system, while the Leninist theory focuses on economic exploitation and capitalist expansion. The Nationalist theory, on the other hand, addresses the role of national superiority and the quest for international recognition. It is concluded that while each theory provides valuable insights, a comprehensive understanding of Japanese imperialism requires a multifaceted approach that considers the various motivations and historical contexts, which, in this case, is best enabled by the realist theory.

Keywords: Japanese imperialism. Realist theory. Leninist theory. Nationalist theory. Age of Empires.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. IMPERIALISMO: CONCEITO E DEFINIÇÕES	10
2.1 O Imperialismo a partir da teoria Marxista de Lênin	11
2.2 O Imperialismo a partir da noção de superioridade Nacionalista	13
2.3 O Imperialismo a partir da teoria Realista de Morgenthau	15
3. DO EDO AO MEIJI: CONTEXTUALIZAÇÃO DO JAPÃO PRÉ-MODERNO	18
3.1 O Regime Tokugawa: Estrutura Social	18
3.1.1 Os lordes Daimyō	19
3.1.2 Os Guerreiros Samurai	20
3.1.3 As demais classes sociais: Camponeses, Artesãos e Comerciantes	22
3.2 A Economia Tokugawa	22
3.3 Relações Exteriores	27
3.3.1 Política externa Meiji: O surgimento do Imperialismo	31
4. ANÁLISES TEÓRICAS DO IMPERIALISMO JAPONÊS	36
4.1 Lenin sobre o Imperialismo Japonês	36
4.2 A Perspectiva Nacionalista sobre o Imperialismo Japonês	40
4.3 Morgenthau sobre o Imperialismo Japonês	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o contexto geopolítico e econômico internacional hodierno é possível identificarmos um seleto grupo de países frequentemente denominados como “de primeiro mundo”, que se destacam em relação aos outros, principalmente, por apresentarem “elevados níveis de desenvolvimento econômico, elevados níveis de urbanização, baixas taxas de mortalidade, acesso generalizado a serviços básicos e elevados níveis de consumismo” (Willis, 2009, p. 183). Esses países, dentre os quais figuram Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão, possuem ainda um outro denominador comum: sua ascensão econômica se deu a partir da exploração colonial e imperialista dos recursos de outras nações.

Nesse sentido, estudos sobre imperialismo tornam-se cruciais para a compreensão das desigualdades globais e das dinâmicas de poder que moldam o mundo contemporâneo. Esses estudos fornecem insights sobre os processos históricos de exploração econômica, dominação política e hegemonia cultural que continuam a influenciar as relações internacionais e as políticas econômicas globais hoje.

Lake (2015), aponta que o campo “tem uma história longa e torturada.” De fato, como descreve o autor, frequentemente o termo imperialismo é utilizado como ferramenta de retórica política, sendo, nesse contexto, altamente maleável e muitas vezes desprovido de qualquer significado geral. Mesmo no âmbito acadêmico, onde o termo é empregado de forma mais pragmática, inexistente uma única definição que possa explicá-lo em sua totalidade. Inúmeros autores no decorrer dos anos teorizaram sobre o contexto que dá origem ao imperialismo, suas motivações, práticas, bem como seus efeitos. Assim, existem análises pautadas desde o campo econômico, como por liberais e marxistas, até o campo da securitização, além de uma pletera de outros campos.

O presente trabalho visa, portanto, colocar algumas das principais dessas teorias à prova e avaliar sua capacidade de explicar o surgimento do imperialismo como ocorreu na prática. Especificamente, abordaremos o caso do imperialismo japonês durante a chamada Era dos Impérios, de 1875 a 1914. Isso porque, o Japão iniciou sua expansão imperialista em um contexto distinto de outras potências imperialistas como as europeias e os Estados Unidos. Enquanto o imperialismo europeu e americano foi impulsionado por revoluções industriais e a busca por novos mercados e recursos no século XIX, o imperialismo japonês emergiu no final do século XIX e início do século XX, motivado por uma combinação de fatores que incluíam

a necessidade de recursos, a proteção contra ameaças coloniais ocidentais e o desejo de ser reconhecido como uma potência moderna e igual às potências do período.

Assim, a análise do imperialismo japonês requer uma compreensão das suas particularidades históricas e contextuais, que o diferenciam dos modelos ocidentais tradicionais. Essa distinção não apenas enriquece o campo de estudos sobre imperialismo, mas também oferece uma perspectiva mais ampla sobre as diferentes formas de dominação e expansão que moldaram e ainda moldam o mundo contemporâneo.

De forma a cumprir o objetivo de pesquisa deste trabalho será necessário, em um primeiro momento, realizarmos a apresentação conceitual das teorias de imperialismo escolhidas, sendo estas a de Lênin, a teoria nacionalista e a teoria de Morgenthau. Essas teorias foram escolhidas tanto por sua notoriedade no meio acadêmico, como também por proporcionarem uma análise abrangente e multifacetada do imperialismo, propiciando uma compreensão profunda e nuançada do caso japonês a partir de diferentes referenciais de análise. Em seguida, apresentaremos o contexto social, econômico e político japonês da Era dos Impérios, visando destacar as condições que propiciaram mudanças políticas no país, tais quais o surgimento da política imperialista. Por fim, na terceira seção iremos realizar a aplicação de cada teoria ao contexto do Japão, avaliando a pertinência e a eficácia de cada uma delas em explicar os aspectos únicos e os mecanismos subjacentes do imperialismo japonês.

2. IMPERIALISMO: CONCEITO E DEFINIÇÕES

O conceito de imperialismo tem sido um tema central nas discussões das relações internacionais ao longo da história da disciplina e é instrumental para a compreensão da trajetória de desenvolvimento e do atual contexto econômico dos Estados-nação. O Japão, foco do presente trabalho, por exemplo, até o começo do século XIX, era uma nação considerada atrasada e subdesenvolvida, mas que, em função do rápido desenvolvimento econômico propiciado, entre outros fatores, por políticas imperialistas, passou a ser uma das maiores potências no leste asiático.

Visto isso, para entendermos esse fenômeno, é necessário perguntarmos: o que é ‘imperialismo’ afinal? Desde os dias do expansionismo romano, ao colonialismo europeu, até o cenário geopolítico contemporâneo, este fenômeno se manifestou de diversas formas e por diversos motivos. Não há um consenso, nem uma definição unificada que descreva o imperialismo em sua totalidade, entretanto, com o intuito estabelecer uma base para a análise das diferentes teorias do imperialismo, é possível convencionarmos que imperialismo de forma geral consiste em um fenômeno político, econômico e social caracterizado pela dominação duradoura de uma nação ou império sobre outros territórios a fim de propiciar seu próprio desenvolvimento nacional. Nisso, cabe destacar que o conceito de “dominação” empregado aqui é o definido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2011) que o descreve, basicamente, como a possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria a partir de relações desiguais de poder.

O objetivo deste capítulo é, então, expor algumas das principais correntes de pensamento e teorias estabelecidas acerca do tema para identificar suas características e especificidades, a fim de possibilitar uma análise completa e abrangente do imperialismo japonês nos capítulos seguintes. Na seção 2.1 trataremos da perspectiva marxista, tendo Lênin (2011) como principal referencial; Em seguida, na seção 2.2, explicaremos a perspectiva nacionalista ideológica, a partir da contextualização de exemplos históricos relevantes. Por fim, falaremos da abordagem realista, baseando-nos, principalmente, em Morgenthau (2003). Estas teorias foram escolhidas por representarem de forma abrangente e diversa os possíveis motivadores de ação de um Estado, sendo eles, respectivamente, os campos econômico, ideológico e o da securitização. Outrossim, é importante ressaltar que temos como foco as teorias referentes ao imperialismo de 1875 a 1914, período chamado por Hobsbawm (1988) de Era dos impérios, dado que foi neste que o império japonês primeiro se manifestou.

2.1 O Imperialismo a partir da teoria Marxista de Lênin

A corrente de pensamento marxista, historicamente, é uma das mais influentes e relevantes no campo de estudos das ciências sociais e econômicas, uma vez que ela nos fornece uma forma de interpretar a realidade e seus acontecimentos a partir da análise de fatores concretos e materiais. No que tange às análises dessa corrente sobre o imperialismo e o seu contexto histórico, tal fato se mantém verdadeiro. No ano de 1902, John A. Hobson publicou seu livro “Imperialismo”, o qual, apesar de escrito por um economista britânico liberal, tornou-se uma referência para diversos autores marxistas em função da qualidade de sua análise material do período. No livro, Hobson argumenta que o imperialismo é o produto lógico do excesso de capital nas economias industrializadas e da busca por mercados e investimentos no exterior para absorver esse excesso. Ele sustenta que os grupos financeiros e industriais utilizam-se de seu poder econômico para exercer sua influência sobre a política externa, levando as nações a buscar o controle de colônias e territórios a fim de garantir o fluxo de recursos, matérias primas, mercados e capitais.

Nesta seção, a fim de expor e fazer entender a corrente de pensamento marxista acerca do imperialismo, iremos nos ater à análise da obra amplamente considerada como a de maior influência dentre os teóricos do tema, “Imperialismo, a fase superior do capitalismo” de Vladimir Lênin (2011). Assim como muitos de seus pares, Lênin tem o trabalho de Hobson como uma de suas principais referências, sendo também um ferrenho crítico do imperialismo e tendo a esfera econômica como aspecto central de sua interpretação do fenômeno. No cerne de sua análise encontra-se o fato de que o imperialismo não é, como afirmam os teóricos liberais, fruto de escolhas da gestão dos estados, mas sim uma decorrência inevitável da fase mais avançada do sistema capitalista, o capitalismo de monopólios. Em especial, o autor aponta que seu surgimento ocorre a partir de duas condições principais: a dominação monopolista de carteis sobre o mercado e o surgimento e fortalecimento do capital financeiro.

Primeiramente, faz-se mister compreendermos que, a partir de uma visão marxista, a livre-concorrência é algo auto-destrutivo uma vez que ela, por propiciar o surgimento de monopólios, a engendra suas próprias limitações. Conforme empresas competem em determinado mercado, as “ganhadoras” tendem a adquirir cada vez mais recursos e vantagens comerciais sobre suas adversárias. Assim, de acordo com Lênin (2011, p. 217) “o aparecimento do monopólio, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo”. Na Europa, o autor

aponta que este fenômeno teve seu início por volta de 1860 e seu período de desenvolvimento acelerado do pós-crise econômica da década de 1870 até o final do século.

É importante destacar aqui que, ao nos referirmos aos monopólios, não estamos falando apenas de empresas dominarem apenas seu próprio nicho mercadológico, uma vez que temos que considerar a chamada “integração”. Esta é caracterizada pela expansão de uma empresa para ramos industriais além do seu próprio, bem como para as sucessivas fases da elaboração de uma matéria-prima (Lênin, 2011). Considerando esse fator, nos deparamos com um contexto em que pouquíssimas empresas de gigantesca escala dominam basicamente todas as etapas produtivas da maioria dos produtos. Seu poder permite que estas negociem entre si, gerando carteis, para estabelecer condições de preços, vendas e essencialmente repartir o mercado interno da nação entre si. É neste ponto em que a livre competição se torna algo meramente ilusório. Grandes capitalistas conseguem fazer inventário e dominar as matérias primas nacionais – eventualmente, as internacionais também –, monopolizam técnicas e a mão de obra qualificada e tornam a existência de empresas independentes praticamente inviável. É neste ponto, também, que o capital financeiro se torna essencial para o funcionamento desta fase avançada do capitalismo.

Assim como o capital industrial, o capital bancário na Europa no final do século XIX passava por um processo de concentração e centralização. Os bancos, responsáveis pela conversão do “capital-dinheiro inativo” em capital ativo, passam a deter a maior parte do dinheiro de grandes capitalistas, pequenos empreendedores e até os meios de produção e matérias primas. Com isso, estas instituições deixam de ser um mero intermediário facilitador, e passam a uma parte essencial da operacionalização de qualquer empreendimento realizado no país. Desta forma, a concentração do capital financeiro potencializa o surgimento de monopólios, pois, permite que:

“um punhado de monopolistas subordinem as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc.” (Lênin, 2011, p. 114)

Vemos a essa altura, não apenas monopolização do capitais industriais e financeiros, como também uma crescente interdependência entre os dois que, por conta da natureza do capitalismo, tende a gerar enormes excedentes, os quais são exportados para o exterior com o objetivo de aumentar sua lucratividade. Como atenta Lênin:

“A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo “amadureceu excessivamente” e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação “lucrativa”. (Lênin, 2011, p. 182)

Desta forma surge o imperialismo de Lênin propriamente dito. Países no estágio superior do capitalismo, com seus mercados já dominados por monopólios, infiltram-se em nações menos desenvolvidas a partir da exportação de seu capital e utilizam-se das disparidades econômicas para com os dominados para extrair deles o máximo possível de lucratividade. Nisso, assim como os capitalistas repartem o mercado interno, as potências imperialistas e seus carteis internacionais repartem o globo entre si. É importante lembrar que esta repartição é baseada na força e no capital e, sendo assim, estão sujeitas a mudanças e a “re-partições”.

Em suma, vemos que o de imperialismo de Lênin (2011) se dá com a concretização de cinco “eventos”: (I) a concentração extrema da produção e do capital, consequência da livre concorrência, resulta na formação de monopólios; (II) o surgimento da oligarquia financeira, detentora do capital financeiro, a partir da fusão dos capitais bancário e industrial; (III) o aumento da magnitude da exportação de capitais em detrimento da exportação de mercadorias; (IV) a formação de associações internacionais de capitalistas monopolistas que repartem o mundo entre si; (V) a partilha territorial do globo entre as principais potências imperialistas.

2.2 O Imperialismo a partir da noção de superioridade Nacionalista

No decorrer da história frequentemente o expansionismo e interferências econômicas, políticas ou militares de uma nação sobre outra, foram justificados pelo agressor a partir de uma necessidade moral de compartilhar com outros o seu modo de vida ou valores superiores. John Stuart Mill, por exemplo, defende que o imperialismo consiste em uma intervenção relutante e beneficente. De acordo com o autor, essa intervenção independe de motivações econômicas, se pautando, na verdade, em fins morais como “acabar com a escravidão, reconciliar beligerantes, acabar com guerras civis ou interceder por um tratamento brando dos vencidos” (Tunick, 2006, p. 7).

Frente a isso, cabe pontuar a inexistência de obras amplamente conhecidas que sistematizam a análise teórica do imperialismo a partir da percepção ideológica de superioridade de seus perpetradores. Não obstante, na presente seção descreveremos alguns

dos principais exemplos deste fenômeno, de forma a ressaltar seus padrões e características e viabilizar a posterior análise de sua adequação ao caso japonês.

De início, é necessário aqui nos atentarmos para o conceito de nacionalismo. Seja com os imperialismos europeu e americano do século XIX, seja com o imperialismo nazi-facista da Alemanha, Itália e Japão no século XX, a instrumentalização de uma identidade nacional forte e pautada em sua excepcionalidade em relação às outras, mostra-se uma característica importante desses movimentos políticos. De acordo com Anderson (1991), é através do nacionalismo que se constroem as "comunidades imaginadas", onde os indivíduos sentem um senso de pertencimento a um grupo maior, uma nação. Este sentimento de pertença é mediado por crenças compartilhadas em características comuns e um destino comum, como explicado por Leite et al. (2018).

Podemos destacar, como exemplo disso, a noção de "destino manifesto", sobre a qual os Estados Unidos (EUA) justificaram a expansão de seu território para oeste. A expressão, como indica Pratt (1927), foi primeiro cunhada em 1845, no contexto da disputa entre os yankees e os britânicos quanto às fronteiras do estado de Oregon, para substanciar a reivindicação estadunidense ao território. De acordo com a expressão, tornada doutrina, os americanos estavam destinados pela Providência a espalhar as suas instituições e valores, particularmente os da democracia e da liberdade, por todo o continente. Nesse sentido, percebe-se uma total falta de justificativas intelectuais para o expansionismo, e em seu lugar uma fundamentação ideológica profundamente interligada com a crença no excepcionalismo americano, fortalecida no imaginário popular por sua integração com elementos religiosos.

Ademais, para além da religião, pautas de superioridade racial também foram empregadas para fomentar a crença em destino comum de um grupo e agir como substrato ideológico de movimentos imperialistas do final do século XIX e início do século XX. A noção de "O Fardo do Homem Branco", articulada por Kipling em 1899, é um dos mais relevantes exemplos disso. O poema de Kipling, dirigido aos Estados Unidos no contexto da colonização das Filipinas, enquadrava o imperialismo como um nobre empreendimento realizado pela raça branca superior para civilizar e elevar as populações não-brancas. Com isso, Brantlinger (2007, p. 173) nota que "Kipling sugere fortemente que o imperialismo e o racismo são inseparáveis."

Percebe-se, portanto, a forte associação do motivador nacionalista do imperialismo com sentimentos de essencialismo, isto é, com a crença de que os membros de um grupo compartilham uma essência imutável, ou características fundamentais que os colocam como excepcionais e superiores à outros. Sendo assim, a origem percebida dessa superioridade, seja

por conta de fé, raça ou outro fator, não é tão importante quanto o fato de que ela existe e proporciona justificativas morais para o imperialismo. Leite et al. (2018) propõem que o essencialismo atua como um viés cognitivo, mediando a relação entre o nacionalismo, patriotismo e a identidade nacional.

2.3 O Imperialismo a partir da teoria Realista de Morgenthau

O realismo, como uma abordagem teórica das relações internacionais, ganhou corpo no final da segunda guerra mundial, tendo Morgenthau, Carr, Waltz, e, mais tarde, Mearsheimer, como alguns de seus mais influentes pensadores. Estes, apesar de apresentarem diferentes interpretações sobre o sistema internacional, compartilham algumas características conceituais básicas que fundamentam a teoria realista de forma geral (Gilpin, 1984).

Frequentemente baseados nas concepções hobbesianas sobre o estado de natureza humana, os realistas consideraram que a anarquia e, conseqüentemente, a insegurança são os fatores centrais que regem a atuação das nações no sistema internacional. A consequência disso, como aponta Waltz (1979), é que o estado padrão de convivência entre as nações é um estado de guerra. Não no sentido de que estes estão sempre guerreando, mas no sentido de que a qualquer momento, qualquer nação pode decidir por si só se irá se utilizar da força para fazer valer seus interesses sobre os outros. Visto isso, antes de descrevermos a visão de imperialismo realista propriamente dita, é preciso entendermos como teóricos desta corrente entendem a política internacional

Hans Morgenthau, amplamente conhecido como o pai do realismo nas relações internacionais, aponta que a qualquer momento na história há uma determinada distribuição de poder entre os atores de um determinado sistema, seja ele doméstico ou internacional. No âmbito das relações internacionais, frequentemente esta distribuição é desigual. Ao passo em que algumas nações privilegiadas detêm grande parte do poder, outras são tidas como fracas e, conseqüentemente, subordinadas. Nesse contexto, “política” é o que acontece quando os Estados ativamente atuam tendo o poder como seu principal objetivo. Como descreve o autor:

“(…) sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder. Os cruzados queriam libertar os sítios sagrados da dominação pelos infieis; Woodrow Wilson desejava tornar o mundo seguro para a democracia; os nazistas insistiam em abrir a Europa Oriental à colonização alemã, dominar a Europa e conquistar o mundo. Uma vez que todos recorreram ao poder para conseguir seus objetivos, eles se tornaram atores na cena da política internacional.” (Morgenthau, 2003, p 50)

Existem, portanto, três tipos de políticas: aquelas que visam a conservação de poder, conhecidas como políticas de *status quo*; as que visam o ganho de poder, chamadas de políticas imperialistas; e aquelas que visam demonstrar poder, as políticas de prestígio. Dado o objetivo do presente trabalho, focaremos no segundo tipo, as políticas imperialistas.

A princípio, de acordo com Morgenthau (2003, p. 98), podemos definir “imperialismo como sendo uma política que visa à demolição do *status quo*, que busca uma alteração nas relações de poder entre duas ou mais nações”. Assim, é importante notar que nem toda política aplicada por uma nação com o objetivo de aumentar seu poder é imperialista, uma vez que ela não necessariamente repercute no *status quo*. Por exemplo, no século XIX, a Grã-Bretanha, já posicionada internacionalmente como a maior potência no planeta, tomou uma série de ações com o objetivo de aumentar a integração da nação com as suas possessões territoriais de forma a garantir pela Federação a unidade permanente do Império. Este programa, conhecido como “Federação imperial”, foi taxado como imperialista até mesmo internamente no país. Entretanto, ao aplicarmos a caracterização de imperialismo de Morgenthau à esta política, percebemos que esta era, antes de mais nada, conservadora, já que seu objetivo era uma maior consolidação de um império já existente e não sua expansão.

Visto isso, a fim de facilitar a identificação das políticas imperialistas, Morgenthau postula a existência de três situações que podem levar uma nação a adotá-las. A primeira destas é a “guerra vencida”, em que uma nação, antecipando a vitória em um conflito contra outra, adota políticas imperialistas para permanentemente alterar o equilíbrio de poder e, conseqüentemente, o *status quo* para com a derrotada. Tal alteração de equilíbrio é frequentemente atingida a partir de tratados internacionais, sendo o Tratado de Versalhes pós-primeira guerra mundial um bom exemplo disso. Opostamente, a segunda situação é a de “guerra perdida”, em que o imperialismo surge para a nação derrotada em guerra como uma resposta ao imperialismo dos vencedores. Como aponta Morgenthau (2003), “se o derrotado não tiver sido destruído para sempre ou de algum modo aliciado para a causa do vencedor, ele vai querer reconquistar o que já perdeu e, se possível, ganhar algo mais.” Por fim, há ainda a terceira situação, a chamada “fraqueza”, em que ao notar um vácuo de poder em determinada região, um Estado adota políticas imperialistas para preenchê-lo.

Percebe-se, mediante ao exposto, que a diferença elementar entre os viéses realista, ideológico e marxista encontra-se no que estas consideram como sendo o motor de mudanças sociais, políticas e, conseqüentemente, do imperialismo. Enquanto marxistas atribuem à economia este papel, o nacionalismo o atribui à noção de superioridade inata de uma nação sobre outra e o realismo o coloca sobre os Estados e sua incansável busca por poder. Sendo

assim, para estes últimos o imperialismo não decorre de um contexto histórico capitalista específico que o incentiva, mas é, na verdade, um fenômeno inexorável da história humana.

Por fim, cabe ressaltar também a forte associação de empreitadas imperialistas à guerra e a violência em geral sob a concepção realista. Isso porque, frente a um cenário em que todo Estado busca estabelecer um *status quo* em que distribuição de poder pende à seu favor e lhe confira segurança, qualquer movimento contra dita distribuição, *i.e.* manifestações do imperialismo, sofrerá intensa resistência. Aqueles que têm poder lutam para defendê-lo, enquanto os que não o tem lutam para adquiri-lo.

3. DO EDO AO MEIJI: CONTEXTUALIZAÇÃO DO JAPÃO PRÉ-MODERNO

De forma geral, é correto afirmar que a rápida modernização japonesa se deve às transformações econômicas, sociais e políticas experienciadas pelo país a partir da restauração Meiji em 1868. O forte desejo dos governantes do Japão de desenvolver o poder do país e inseri-lo na ordem internacional em pé de igualdade com as potências ocidentais pode ser apontado como a fundamentação para sua guinada imperialista do final do século XIX e início do século XX. Dito isso, tamanho ímpeto desenvolvimentista não se manifesta espontaneamente de um dia para o outro, mas sim ao longo de anos e com base em pressões internas e externas interconectadas. Portanto, de forma a entender este período da história, é necessário compreendermos também o período que o antecedeu. Especificamente, discutiremos aqui o período Edo marcado pelo xogunato Tokugawa que “condicionou em grande medida a história da modernização do Japão” (Nagahara, 1962, p. 61). Além também do período Meiji que o sucedeu.

Nas próximas sessões, explicitaremos as principais características políticas, econômicas e sociais do período Edo, bem como as mudanças pelas quais estas passaram a partir da restauração Meiji. A partir disso, esperamos evidenciar o contexto do qual nasceu o imperialismo japonês.

3.1 O Regime Tokugawa: Estrutura Social

Primeiramente, é importante explicar que “Xogunato”, refere-se à uma estrutura de governo em que um regente militar, o xogum, título concedido pelo imperador, governa com autoridade efetiva sobre o território japonês como um todo. Neste sistema, o imperador, apesar de manter seu status, sendo considerado pelo povo como um descendente dos deuses, passa a ter um papel relativamente simbólico, sem reais poderes políticos. Em 1603, o título de xogum foi concedido à Ieyasu Tokugawa, dando início, assim, ao mais longo xogunato da história do Japão, o xogunato Tokugawa. Este, em seu fim, foi derrubado por revoltas e maquinações de samurais, *daimyō* e estrangeiros nas décadas de 1850 e 1860, dando espaço para a restauração Meiji.

A organização da sociedade japonesa do período Edo pode ser apropriadamente descrita por duas palavras: rigidez e estabilidade. Isso porque, após chegar ao poder, Ieyasu e seu sucessor e filho, Tokugawa Iemitsu, estabeleceram uma série de instituições e normas que solidificaram a posição da família Tokugawa no ápice do poder político e trouxeram à tona a era de maior estabilidade política já vista pelo país (Gordon, A., 2003). No topo da pirâmide

hierárquica social encontrava-se o imperador. Ainda que este não possuísse poder de fato sobre o governo do país, seu prestígio e simbolismo social permaneceram inabaláveis durante o xogunato. Logo abaixo deste, encontravam-se os efetivos líderes políticos do país, os xoguns. Estes consistiam em uma linha de líderes militares sucedidos hereditariamente, e foram responsáveis pela implementação de políticas que condicionaram a trajetória de desenvolvimento do Japão.

Dito isso, não cabe aqui, dado o teor deste trabalho, focarmos nas atribuições e características específicas do Imperador e do xogum. Nos ateremos às políticas implementadas por estes, sendo elas explicadas e contextualizadas conforme estas se tornam relevantes ao adentrarmos na análise sociedade japonesa e suas características. Nas próximas seções daremos atenção em especial às classes sociais dos daimyo e dos samurais, uma vez que foram estes que, a partir de seus ideais econômicos, aspirações militares e nacionais, e códigos de conduta, efetivamente guiaram o Japão à sua era imperialista.

3.1.1 Os lordes *Daimyō*

Hierarquicamente abaixo dos *de facto* regentes do país figuravam os *daimyō*, uma classe semelhante aos senhores feudais europeus, à quem ficou incumbida a tarefa de administrar o território japonês que não pertencia diretamente ao xogum. Em média, existiam aproximadamente 275 ou mais *daimyō*, classificados como: “*shinpan* (parentes), *fudai* (detentores tradicionais) ou *tozama* ('daimyo externo' de lealdade questionável)” (HENSHALL, 2004, p. 54). Conforme as normas estabelecidas por Ieyasu, cada *daimyō* detinha a autoridade para governar seu domínio, conhecido como *han*, com relativa autonomia, contanto que jurassem lealdade ao xogum e permanecessem submissos à autoridade do mesmo. Dito isso, o regente reservava o poder de substituir os *daimyō* por outros, caso considerasse que estes pudessem vir a se tornar uma ameaça.

Neste contexto, Tokugawa Iemitsu implementou em seu governo a política que melhor representa a dinâmica entre *daimyō* e o xogum durante o xogunato, a política de presença alternada (*sankin-kotai*). Ano sim, ano não, os *daimyō* eram obrigados a se locomover à Edo, a capital do país, e residir junto à corte do imperador, sendo suas esposas e filhos obrigadas a ficar lá permanentemente de forma a garantir a obediência dos lordes à política. Esta requisição de comparecimento forçava os *daimyō* a gastar até dois terços de sua renda fiscal anual mantendo suas múltiplas casas, viajando em direção e de volta da capital, e mantendo seus exércitos samurais tanto em seu *han*, quanto em Edo. Como justificativa para tal fardo, o xogunato alegava que este era necessário para securitização nacional. “Cada *daimyō* deveria

disponibilizar um certo número de samurais, calculado de acordo com a riqueza de seu domínio, e trazê-los para a capital para o serviço militar a cada dois anos” (Szczepanski, 2023, p. 1).

Entretanto, sabe-se que o real motivo era outro. Existia por parte do xogum um interesse em manter os *daimyō* fracos de forma a evitar que estes ousassem ir contra o *bakufu* (governo central) ou iniciassem guerras entre si, como era relativamente comum no período Sengoku (1467 - 1598). Assim, a política de presença além de exaurir os cofres dos lordes, ainda diminuía sua influência política, afastando-os de seus governos locais e garantindo que estes não pudessem fazer planos ou alianças contra o xogum, dado que permaneciam sob constante vigilância na capital. Percebe-se que, mesmo que o Japão tenha experienciado um período de paz sem precedentes durante o xogunato Tokugawa, tensões entre o xogum e a elite do país, os *daimyō*, já existiam e estas, eventualmente contribuíram para a revolução no país.

3.1.2 Os Guerreiros Samurai

Talvez um dos símbolos mais emblemáticos da cultura japonesa no imaginário social, os samurais são conhecidos ao redor do globo e caracterizados frequentemente em obras de consumo popular como filmes, livros e séries. No mundo real, os samurais foram guerreiros e parte da elite japonesa nos períodos anteriores ao Meiji, constituindo, em pontos, de 6 a 7% da população do país. Durante o caos da era Sengoku, samurais lutaram arduamente nos conflitos internos japoneses. Entretanto, como mencionado anteriormente, com o fim das guerras de unificação e o estabelecimento do xogunato Tokugawa, o Japão entrou em uma fase duradoura de paz, conseqüentemente eliminando grandes demandas de guerreiros. Diante disso, parte dos samurais, empregados pelos *daimyō*, assentaram-se no domínio ou nas residências de seus lordes em Edo, onde ficavam responsáveis por manter a ordem, mantendo os plebeus sob controle, coletando impostos e agindo, no geral, como policiais. A maioria, contudo, tornou-se burocrata. “Eles passaram a ocupar uma posição teoricamente privilegiada, mas muitas vezes bastante confinada, como uma elite hereditária que administrava os negócios do *bakufu* e do domínios” (Gordon, A., 2003, p.15).

Em uma sociedade definida pela estabilidade social, a falta de guerras e conflitos deixou os samurais virtualmente sem trabalho. Apesar de seu relativo prestígio social, grande parte dos guerreiros da era Tokugawa carregava consigo certa vergonha por conta de seu estilo de vida “parasítico” (Henshall, 2004). Seus salários, frequentemente grandes, eram pagos anualmente pelos *daimyō*, mas o status social no Japão da época não advinha do capital

de um indivíduo, mas sim do valor que este provia à sociedade moral e ocupacionalmente. Isso porque, a sociedade japonesa por volta do século XVIII, para além de seus regentes (daimyo e xogum), era dividida em quatro grupos hierárquicos: os oficiais (samurai), os camponeses, os artesãos e, por fim, os comerciantes (Howland, 2001). Essa divisão, derivada de ideias confucionistas chinesas e conhecida como *shimin*, justificava-se, pois:

“A chave para o significado moral do trabalho é o seu valor produtivo: os oficiais são moralmente mais elevados porque ajudam o soberano a governar; os camponeses, em segundo lugar, porque trabalham com a terra para produzir os alimentos que sustentam a sociedade humana; os artesãos, em terceiro lugar, porque transformam os produtos da terra em ferramentas úteis à sociedade humana; e os mercadores ficam em último lugar, porque, improdutivo, apenas aproveitam a necessidade humana para transportar mercadorias de um mercado para outro. (Howland, 2001, p. 356)

Ao contrário dos burocratas da sociedade chinesa, entretanto, os samurais dispunham de uma pretensão à guerra, pautada no serviço militar e na prática de artes marciais, e não para os estudos e a expertise necessários para auxiliar os governantes em questões burocráticas. Percebia-se assim um descompasso entre a teoria do status e a realidade, o que contribuía para o sentimento de desconforto desta classe quanto à sua posição.

Ironicamente, foi diante deste cenário, que os samurais chegaram a algumas das mais profundas expressões e maiores revelações quanto ao seu código de conduta, o caminho do guerreiro, *bushido*. Influenciado por várias fontes, incluindo o xintoísmo, o confucionismo e o budismo zen, o *bushido* desde sua concepção guiou a conduta samurai tanto em batalhas, quanto no seu dia a dia. Dentre os aperfeiçoamentos feitos a esse código no século XVII, os escritos de Yamaga Soko se destacam. Em seu texto “O caminho do samurai”, Yamaga visa responder o questionamento: “O samurai come, sem plantar; utiliza utensílios, sem os produzir; lucra, sem comprar, nem vender. Qual é a justificativa disso?”

Para o autor, o principal dever de um samurai era o de conhecer a si e o caminho virtuoso, para que pudesse não só trilhá-lo, mas também guiar os demais indivíduos à ele. A lealdade a seu lorde, o comprometimento para com seu dever e com a moralidade, são pontos essenciais do caminho. Assim, o samurai por não ter o ônus de ocupar seu tempo e mente com trabalho como o de camponeses, artesãos e comerciantes, deveria dedicar-se à reflexão e a introspecção quanto ao seu próprio dever social. Uma vez compreendido isso, este tornava-se uma espécie de líder e professor para as outras classes, orientando-as, mas também punindo-as quando algum indivíduo destoasse do seu papel moral na sociedade. É importante frisar que a moralidade destacada por Yamaga não compartilha da definição de moralidade utilizada no mundo ocidental. Como aponta Henshall (2004), a moralidade do *bushido* não

parte de uma perspectiva de bem e de mal, mas sim de fazer o que se espera no contexto das relações sociais e da ordem.

Percebe-se portanto o quão profundo era o conservadorismo na sociedade japonesa. Dada a hereditariedade das funções laborais e governamentais e a existência uma classe de guerreiros dedicada quase que exclusivamente a conhecer sua própria função e garantir que outros não desviassem do que se esperava deles, a mobilidade social no xogunato Tokugawa era virtualmente inexistente. Tal conservadorismo resultou, dentre outras coisas, no atraso da formação de uma elite burguesa e na falta de inovações econômicas no país, como veremos adiante na seção 3.3, referente ao contexto econômico japonês.

3.1.3 As demais classes sociais: Camponeses, Artesãos e Comerciantes

Como mencionado, a organização social *Shimin*, dividia a população em quatro grupos: os samurais, os camponeses, os artesãos e os comerciantes, estando estes apresentados em uma ordem hierárquica decrescente. Dado que daimyo e samurais efetivamente não realizavam labor, as demais classes eram responsáveis por basicamente toda a produção da sociedade japonesa. Em especial, a classe dos camponeses, da qual aproximadamente 80% da população do país na época fazia parte.

Dito isso, as atividades realizadas por cada classe social, bem como suas características relacionadas ao sistema econômico do país serão abordadas na seção 3.2, ao falarmos sobre a economia do Japão pré-imperial.

3.2 A Economia Tokugawa

Até este ponto, apresentamos a organização social japonesa, bem como a função desempenhada por cada uma de suas classes sociais. Tendo isto em vista, abordaremos agora, a esfera que permeia e influencia todas as outras, a esfera econômica. Dada a relevância do contexto de desenvolvimento econômico, industrial e bancário para as teorias de imperialismo, principalmente a de Lênin, na presente seção apresentaremos as bases da economia japonesa da época, explicando também como as políticas do bakufu contribuíram para o fortalecimento da classe comerciante e das instituições financeiras no Japão. Além disso, exploraremos as ações tomadas pelo governo do país pós restauração Meiji visando o desenvolvimento econômico necessário para fomentar a industrialização japonesa, focando em especial, na criação do Banco do Japão e na formação das Zaibatus.

Destarte, é importante pontuarmos que durante os dois séculos do xogunato Tokugawa a estrutura agrária e feudal japonesa, que manteve-se como a base econômica do país,

desenvolveu-se consideravelmente. Como descrito pelo professor, historiador do período, Kenichi Ohno, este desenvolvimento ocorreu em duas fases, sendo a primeira destas de caráter quantitativo:

“De meados do século XV até o final do século XVII, que inclui o período Sengoku anterior e o início do período Edo, houve uma enorme expansão das terras cultivadas (especialmente dos arrozais). Anteriormente, o arroz era produzido em vales estreitos onde terminavam as montanhas e começavam as planícies, porque este era o único local onde havia abastecimento constante de água. Mas durante este período, projetos de gestão de água em grande escala foram realizados em todo o Japão por daimyos e agricultores influentes para controlar as cheias e utilizar os rios para irrigação. Como resultado, a terra cultivada expandiu-se dramaticamente.” (Ohno, 2018, p. 24)

Neste contexto, aproximadamente 85% da população japonesa estava envolvida na agricultura (Jansen, 2002), com as famílias constituindo a unidade básica de produção e organização do campo, e o arroz sendo o mais importante produto cultivado. Tão importante era a importância do arroz, que este tornou-se a unidade básica de tributação do bakufu e dos domínios feudais, ou seja, era a base do rendimento nacional (Schaefer, 1989). Diferentemente dos impostos modernos, o imposto de arroz era coletado de vilas, não de fazendeiros individuais. Assim, a produção das famílias era em parte destinada para o pagamento dos impostos da vila, mas em sua maioria era destinada à subsistência.

Por volta da metade do período Tokugawa, o setor de agricultura japonesa entrou em sua segunda fase de desenvolvimento, a qual teve caráter qualitativo. Em função da paz garantida pelo xogunato Tokugawa e da associação hereditária das famílias à terra, mesmo sem mais expansões expressivas na quantidade de terra cultivável no país, a produção de arroz continuou a crescer graças a aumentos de produtividade. Dentre os motivos, podemos destacar o aumento do *know-how* dos camponeses, e também da criação de manuais de instrução para outros, que propiciaram, por exemplo, a “descoberta de novas espécies de arroz, fertilizantes (o peixe seco era popular) e a invenção de novas ferramentas agrícolas.” (Ohno, 2018, p. 25) Desta elevada produtividade surgiu o excedente agrícola, o qual abriu as portas da comercialização do cultivo para os camponeses japoneses.

Neste contexto, a política de presença alternada imposta pelo xogun aos daimyos, e a necessidade do bakufu de conseguir coletar os impostos de arroz de cada domínio facilmente, mostraram-se extremamente benéficas para o comércio do país, uma vez que haviam propiciado a transformação das estradas e sistemas de transporte aquáticos (por rios e mares) que conectavam cada *han* à Edo e às cidades centrais em modalidades de transporte e distribuição nacional altamente eficientes. Estas políticas, somadas à necessidade dos camponeses de vender seu excedente produtivo, promoveram tráfegos massivos de pessoas,

dinheiro, e bens e serviços através das fronteiras dos domínios. A partir disso, desenvolveram-se os grandes mercados nacionais unificados, sobretudo os de Edo e o de Osaka, para onde a maior parte dos agricultores destinava-se para vender seu cultivo.

Com o tempo, cada vez mais tornou-se lucrativo para fazendeiros substituírem o modelo de cultivo de subsistência pelo comercial. A classe comerciante da sociedade, considerada pelo sistema de valor do regime Tokugawa como uma das de menor prestígio social por não ser produtiva, começou a se expandir e ganhar poder no país, especialmente conforme a produção de manufaturas se desenvolveu. Este novo poder dos comerciantes, destaca-se, não era restrito à esfera econômica. Em função dos custos relacionados à política de *sankin kotai*, mencionados anteriormente, e dos gastos com infraestrutura nos *hans*, os cofres dos *daimyos* se esvaíam, fazendo com que muitos recorressem à empréstimos e favores de comerciantes. Em função disso tornou-se relativamente comum que os *daimyo* se encontrassem muito endividados - e em alguns casos, sob o controle - dos comerciantes. (Henshall, 2004) Ao analisar o período, diversos historiadores se referem ao mesmo como um período de revolução industrial, caracterizado pelo “desenvolvimento baseado no mercado, mas sem uma tendência inerente ao desenvolvimento intensivo em capital e energia.” (Arrighi, 2007, p.176)

Apesar da crescente importância mercantil e comercial para a economia japonesa, o *bakufu*, sendo um governo essencialmente conservador, insistia na primazia econômica do arroz, e, conseqüentemente, absteve-se de “adotar novas bases tributárias nos setores emergentes de agroprocessamento, comércio, finanças e manufatura.” (Ohno, 2018, p.28) No geral, as políticas governamentais demonstravam inconsistência e revelavam uma incapacidade ou falta de interesse em planejamentos econômicos de longo prazo. Houveram momentos em que prevaleceu a ideia de um mercado livre, e outros em que o *bakufu* exerceu controle ativo sobre negócios privados. Por conseguinte, a insatisfação popular, já grave em função da fome decorrente de condições climáticas desfavoráveis experienciada no país, continuou a fortalecer-se. A partir da metade do século XIX, com a abertura forçada do Japão a estrangeiros, tratados comerciais desequilibrados e precatórios impostos pelos mesmos e aceitos pelo *bakufu*, passaram a contribuir para o descontentamento. Assim, essas condições culminaram na queda do governo Tokugawa e na restauração do governo imperial em 1868.

A Restauração Meiji marcou um ponto de virada na trajetória econômica do Japão, à medida que o novo governo embarcou numa série de reformas ambiciosas destinadas a modernizar a nação. Do momento em que foram resumidas as interações japonesas com o resto do mundo, ficou claro para os restauracionistas a disparidade de poder econômico e

militar entre sua nação e as potências industrializadas. Tendo em vista o que estava ocorrendo com impérios da tradição e do porte da Índia e da China, impedir que o Japão se tornasse mais uma vítima do imperialismo ocidental se tornou um dos maiores motivadores do projeto de modernização. Para tanto:

Era condição necessária dotar o país não só de um exército nacional e de instituições modernas, mas também de uma indústria capaz de, sob controle de capitais nacionais, garantir o fornecimento dos meios necessários ao enfrentamento tanto dos exércitos ocidentais quanto dos países vizinhos. (TORRES FILHO, 1999, p. 223)

De início, reconhecendo sua defasagem técnica e intelectual, o país adotou uma estratégia de importação de conhecimento estrangeiro. “Estudiosos japoneses foram para o exterior para estudar ciências e línguas ocidentais, enquanto especialistas estrangeiros ensinavam no Japão.” (Sumikawa, 1999, p.3) Com base nos aprendizados adquiridos, deu-se início ao estabelecimento de abrangentes políticas econômicas concebidas para dismantelar as estruturas feudais, promover a industrialização e tentar integrar o Japão na economia global, não em uma posição subalterna, mas sim em pé de igualdade com as demais potências.

Em seus primeiros anos, o governo, ainda defasado economicamente por conta dos custos da revolução e das batalhas contra as forças remanescentes do xogunato, reapropriou-se das terras dos lordes daimyos e do bakufu e as distribuiu para os camponeses que nelas trabalhavam. Dessa forma, foi eliminando o modelo agrário feudal e foram possibilitadas inovações no campo da coleta de impostos, como, por exemplo, a instauração de uma taxa de imposto fixa sobre a terra, baseada em uma porcentagem do valor avaliado de cada lote, em 1873 (Henshall, 2004). Este imposto sobre a terra representou cerca de 80% da receita do governo nas décadas de 1870 e 80. Como aponta Andrew Gordon (2003), essa porcentagem caiu para 60% na década de 90, conforme bens de consumo começaram a ser taxados, mas os impostos sobre as terras agrícolas ainda forneciam a maior parte das receitas do governo.

Ao contrário de como foi na era Tokugawa, entretanto, o foco agrícola da taxaço governamental, não estava embasado em uma reluta conservadora em explorar novas atividades econômicas, mas sim na intenção de captar insumos para subsidiá-las. Grande parte da renda arrecadada era destinada à construção da infraestrutura necessária para suportar a industrialização, como “ferrovias, transporte marítimo, canais de comunicação, portos, faróis e etc.” (Sumikawa, 1999) Além disso, esta estrutura tributária permitiu ao governo que incentivasse e liderasse as iniciativas empresariais no país, o que contribuiu para dar um pontapé inicial no ânimo empresarial japonês, necessário uma vez que muitos comerciantes

do período Tokugawa receavam aceitar o desafio de estabelecer indústrias modernas por considerar o investimento muito arriscado. (Henshall, 2004)

Por volta de 1880, diversas indústrias não-estratégicas, até então geridas pelo governo, foram postas à leilão, e em função do baixo interesse de compradores, acabaram sendo vendidas por preços bem abaixo do custo para os poucos comerciantes de famílias mercantis bem estabelecidas com relações próximas do governo com o capital necessário para comprá-las. (Henshall, 2004) A venda destes empreendimentos teve como resultado o surgimento das *zaibatsus*, conglomerados monopolistas industriais e financeiros que, com o tempo, passaram a exercer considerável controle sobre a economia do país. Seu alcance tanto vertical, quanto horizontal permitiu que estas grandes corporações operassem “na maioria, senão em todos os níveis da economia do império japonês, até serem dissolvidas ou reorganizadas” (Ríkarðsson, 2020, p.4) a partir da ocupação aliada do Japão pós segunda guerra mundial.

Dentre as *zaibatsus*, algumas se destacaram por seu tamanho e influência na economia japonesa. Uma destas foi Mitsubishi. Fundada em 1870 sob o nome Tsukumo Shokai, e renomeada em 1872 para Mitsubishi Shokai, a empresa teve seu início nos setores de transporte e comércio. Sua grande oportunidade de crescimento e consolidação de poder ocorreu em 1874, quando, visando aparelhar sua marinha para lançar uma invasão à Taiwan, o governo japonês comissionou com contratos de exclusividade o serviço da frota de navios da Mitsubishi para o transporte de tropas e suprimentos. Poucos anos depois, em 1877, a empresa já controlava 80% de todo o tráfego marítimo no Japão e monopolizava a indústria do país (Cybriwsky, 2011; Kobayashi, 1986 *apud.* Ríkarðsson, 2020, p.14). Entretanto, sua operação não se limitou a esse setor. Com o tempo, a empresa passou a abarcar também “os setores bancário, o comércio internacional, construção naval, mineração de carvão e, mais tarde, praticamente tudo” (Ohno, 2018, p. 40).

Tal foi o caso de grande parte das *zaibatsus*. De forma geral, estas entidades caracterizaram-se pelas suas participações diversificadas em vários sectores, incluindo a indústria de manufaturas, mineração e transporte marítimo, como no caso da Mitsubishi, ou ainda nos setores imobiliários, químico e tantos outros abraçados por *zaibatsus* como a Mitsui e a Sumitomo. Além disso, outra marca registrada das *zaibatsu* era seu intrincado relacionamento com os bancos e o capital financeiro; cada *zaibatsu* normalmente tinha um banco afiliado que facilitava o acesso a recursos financeiros substanciais. Esta relação permitiu-lhes mobilizar capital de forma eficiente e sustentar empreendimentos industriais expansivos. Através destes bancos, os *zaibatsu* poderiam garantir empréstimos, gerir riscos

financeiros e investir em novas tecnologias e indústrias, reforçando assim a sua capacidade de moldar políticas econômicas e manter uma influência significativa sobre o cenário político japonês durante a era Meiji.

O Banco Central do Japão, fundado em 1882, e conhecido como Banco do Japão (BoJ), também mantinha relações significativas com as zaibatsu, refletindo a natureza interligada dos sectores financeiro e industrial do Japão. O BoJ desempenhou um papel fundamental em facilitar o acesso das zaibatsu ao capital através dos seus bancos afiliados, que foram cruciais no apoio às suas expansivas operações industriais e comerciais. Durante crises financeiras, o BoJ fornecia apoio de liquidez aos bancos afiliados às zaibatsu para manter a estabilidade sistémica, evitando potenciais crises económicas mais severas. Além disso, esses bancos associados aos conglomerados eram grandes compradores de títulos públicos, implicando-os na gestão da dívida e nos quadros de política monetária do BoJ (Morck & Nakamura, 2005).

Em suma, a economia japonesa durante a Era Meiji (1868-1912) passou por uma transformação profunda e acelerada, marcada pela transição de um sistema feudal para uma economia industrial moderna. O papel dos zaibatsu foi fundamental nesse processo, pois esses grandes conglomerados empresariais impulsionaram o desenvolvimento de setores-chave como a indústria pesada, mineração, e finanças. As políticas de modernização do governo Meiji, incluindo a reforma agrária e a importação de tecnologia ocidental, criaram um ambiente propício para o crescimento económico. Esse período de intenso desenvolvimento económico estabeleceu as bases para o Japão emergir como uma potência industrial no século XX.

3.3 Relações Exteriores

Apesar das divergências quanto a natureza e as motivações do imperialismo das diferentes teorias acerca do mesmo, um ponto comum em todas as análises é que este se trata de um fenómeno essencialmente internacional. Com isso em mente, nesta seção, iremos caracterizar o contexto das relações internacionais do Japão durante os períodos Edo e Meiji. Temos como objetivo aqui evidenciar os principais fatores e eventos que contribuíram para o surgimento das aspirações imperialistas no país, de forma que estes possam ser utilizados para embasar a discussão das seções seguintes sobre aplicabilidade das diferentes abordagens teóricas do imperialismo ao caso específico do Japão.

A priori, cabe destacar que a política externa do xogunato Tokugawa durante o período Edo, como descrita por historiadores e estudiosos orientais e, principalmente, ocidentais, foi uma política isolacionista. Conhecida como *sakoku*, significando literalmente país fechado, a política de reclusão teve seu início no século XVII, em um momento em que o recém estabelecido xogunato tentava manter a unidade no país e consolidar sua autoridade e poder político. Nesse contexto, estrangeiros com seus costumes imprevisíveis, sua língua estranha e difícil de monitorar, além de suas crenças em poderes divinos que transcendem o imperador e os xoguns (Henshall, 2004) passaram a ser fonte de medo e insegurança para os regentes japoneses.

O xogunato encontrava-se, portanto, em uma situação difícil. Ao mesmo tempo em que visava limitar a influência externa no país de forma a proteger seu poder político, cultura e as crenças japonesas, eram inegáveis os benefícios da manutenção de boas relações com os países ocidentais, especialmente do ponto de vista comercial. “Os grandes navios portugueses que vinham de Macau há muito eram as fontes mais importantes de comércio” (Jansen, 2002, p.74) e novas oportunidades de negócios continuavam a surgir com o estabelecimento das companhias holandesas e britânicas no porto de Nagasaki em 1609 e 1613, respectivamente.

Tal cenário, somado à ciência de que “a expansão colonial de Espanha e Portugal na Ásia havia sido possível graças ao trabalho dos missionários católicos romanos” (Britannica, 2024), resultou no banimento oficial de missionários cristãos dos territórios do Bakufu em 1614, seguido de uma intensificação da perseguição e violência contra os fieis remanescentes no país. Inicialmente, comerciantes estrangeiros foram concedidos permissão para permanecer no Japão e realizar seus negócios contanto que não se manifestassem religiosamente. Entretanto, até mesmo esta restrição mostrou-se insuficiente para acalantar as inseguranças do Bakufu em relação aos estrangeiros. Como explica Henshall:

“Gradualmente, ..., o xogunato passou a sentir que as desvantagens do comércio exterior superavam suas vantagens. Não era apenas a preocupação constante em termos de segurança nacional, mas também uma ameaça indireta percebida ao Tokugawa pelo do enriquecimento de certos daimios envolvidos com o comércio exterior. Mesmo tão cedo em sua vida, o xogunato já tinha o desejo economicamente motivado de proteger os comerciantes domésticos da competição excessiva.” (Henshall, 2004, 59)

Em 1633 viagens internacionais foram proibidas a todos os japoneses e, a partir de 1639, praticamente todos os ocidentais haviam sido expulsos ou partido voluntariamente do Japão. Todavia isso não significou um isolamento completo da nação para com o resto do mundo. Notadamente, duas nações, China e Holanda, continuaram com suas operações comerciais em território nipônico. Agora confinadas ao porto de Nagasaki, a China realizava

comércio principalmente pela ilha de Dejima, trocando produtos como seda, porcelana e chá, enquanto a Companhia Holandesa das Índias Orientais monopolizava o comércio ocidental com o Japão, e comercializava, dentre outras coisas, materiais como estanho, chumbo, salitre, bórax, além de produtos de luxo e origem europeia como óculos, relógios e espelhos (Jansen, 2002).

Ademais, houve também a manutenção das relações do país com a Coreia, consumada materialmente através do comércio de pequena proporção realizado entre as duas nações na ilha de Tsushima. Essa relação, para além do campo mercantil, não era de todo estável. Governantes japoneses anteriores, como Hideyoshi em 1592 e 1598, já haviam tentado invadir e dominar o território coreano, criando feridas na relação que o xogunato precisaria se esforçar para reparar. Por conseguinte, após sua ascensão ao poder Tokugawa Ieyasu mostrou-se aberto à negociações com a península coreana e, em 1605, a paz foi declarada (Jansen, 2002). Essa paz, entretanto, possuía teores diferentes para as duas partes. Da perspectiva japonesa, como evidenciada por cartas escritas por Honda Masazumi, um assessor de Ieyasu:

O bakufu Tokugawa parecia sonhar em formar relações internacionais hierárquicas baseadas na superioridade e centralidade japonesas, sendo que chamava as visitas de enviados estrangeiros de onrei 御礼 (gratidão e obediência) a um Japão governado pelo xogum Tokugawa, e considerava que a paz com a Coreia havia sido alcançada na forma de subordinação coreana ao Japão Tokugawa. A visão de mundo Tokugawa representava pouco à realidade, entretanto. Com exceção dos Ryukyus, os países e regiões aos quais a carta de Honda se referia não eram de forma alguma subordinados ou tributários japoneses nas relações diplomáticas e comerciais reais. (Norihito, 2004, p.122)

Verifica-se, dessa forma, que por aproximadamente 200 anos, durante o período Edo o Japão operou sob a ótica de um sistema quase fechado. Apesar de informações sobre o mundo externo chegarem ao país através dos chineses, coreanos e, principalmente, dos holandeses, o conhecimento japonês sobre as dinâmicas e poderes em jogo no sistema político e econômico internacional era muito limitado. Novas tecnologias, práticas industriais, agrícolas e militares, por exemplo, desenvolvidas no exterior da mesma forma falhavam em penetrar as fronteiras japonesas.

Mudanças neste status quo começaram a ocorrer a partir da metade do século XIX, conforme as ambições imperialistas ocidentais se fizeram presentes no continente asiático. Como aponta Hall (1971), com a eclosão da revolução francesa em 1789, os povos europeus foram impulsionados a aventurar-se ao redor do globo em uma nova onda de expansionismo e colonialismo. Para o Japão, o momento de inflexão da política de reclusão ocorreu em 1853, com a chegada do comodoro Matthew C. Perry da marinha norte americana à baía de Tóquio.

Até então, diversas expedições ocidentais haviam tentado negociar a abertura dos portos japoneses ao comércio internacional, incluindo quatro americanas, entretanto nenhuma havia sido bem sucedida (Smithsonian Institution Archives, [s.d.]). Perry, enviado ao Japão com a missão de propor ao imperador os termos da abertura do país através de uma carta escrita pelo presidente americano, trouxe consigo uma pequena, mas fortemente armada frota de navios. Isso porque, como descrito em registros do Naval History and Heritage Command [s.d.], o comodoro acreditava que “a única maneira de convencer os japoneses a aceitarem o comércio ocidental era demonstrar sua disposição de usar o seu poder de fogo avançado”, caso necessário.

O resultado desta expedição americana foi a ratificação do tratado de Kanagawa em 1854. Este, junto ao tratado Harris de 1858, teve como efeito a “abertura de cinco portos para comércio e residência de americanos (Hakodate, Niigata, Kobe, Yokohama e Nagasaki), extraterritorialidade e tratamento de nação mais favorecida.” (Reichert, p. 4, 2015) Mas a abertura do país não parou por aí. As conquistas estadunidenses com as negociações de Perry representaram o início de um processo através do qual diversas outras potências e países periféricos vieram a se impor sobre o Japão. Como aponta Reichert (2015), tratados desiguais, que colocavam o Japão em posições econômica e politicamente precárias, foram firmados com 15 outros países, dentre os quais destacam-se por exemplo Holanda, Rússia, Inglaterra, França e Portugal.

Para além das desvantagens no comércio internacional, a chegada dos imperialistas ocidentais e a imposição de seus tratados desiguais tiveram fortes impactos na política interna do país. O bakufu, já enfraquecido politicamente por conta de suas falhas em lidar propriamente com a transição econômica pela qual o país passava, via-se cercado por antagonistas. De um lado a população, assolada pela fome e esquecida por um sistema tributário opressivo (Gibson, 1948), protagonizava revoltas com frequência cada vez maior. Do outro, a elite, daimyos e samurais, descontentes politicamente e leais à ideia de que o poder no país deveria retornar às mãos do imperador, trabalhavam por trás das cenas conspirando pela derrubada do xogunato.

Os governantes tokugawa, não ignorantes ao contexto de seu país, compreendiam que a assinatura dos tratados ocidentais seria pontuada por seus oponentes como uma demonstração de fraqueza (Gordon, A., 2003). Todavia, tendo como prioridade máxima evitar uma guerra e sofrer do mesmo destino que seus vizinhos chineses com a guerra do ópio, viam que a colaboração com as demandas estrangeiras seria sua única alternativa. Jansen (2002) descreve que, de forma a tentar ampliar o consenso acerca desta decisão, o então líder do

conselho *Rōjū*, que aconselhava o shogun, Abe Masahiro consultou os daimyo e até a corte imperial sobre suas perspectivas. Tal ação, entretanto, apenas contribuiu para reafirmar a noção popular de que o xogunato encontrava-se enfraquecido, abrindo as portas para que as maquinações políticas imperiais e dos daimyo trouxessem à tona o fim da era Tokugawa.

3.3.1 Política externa Meiji: O surgimento do Imperialismo

Em 1868, com a restauração Meiji, um novo governo foi instituído e este se descrevia como sendo composto pelos “jovens corajosos determinados a libertar o seu país das algemas do estatuto semicolonial ao qual tinha sido reduzido pelos feudalismo Tokugawa” (Jansen, 2002, p. 326). Para tanto, os novos regentes renunciaram a aversão total a estrangeiros demonstrada nas décadas anteriores e, assim como fizeram no campo da economia, passaram a adotar uma estratégia de importação dos conhecimentos ocidentais em sua política externa, visando elevar o poder do país no meio internacional. Tal posicionamento foi oficializado no quinto ponto de sua carta de juramento (1868), que lia-se: “O conhecimento será buscado em todo o mundo para fortalecer os fundamentos do governo imperial”.

Como vimos anteriormente, na prática, isso significou o envio de diversas expedições de oficiais e estudiosos japoneses para países do Oeste como os Estados Unidos e as potências europeias. Dentre essas, destaca-se a missão de Iwakura, em 1871, cujos objetivos eram três: “legitimar o novo regime, iniciar a renegociação dos tratados assinados com as potências estrangeiras e julgar por si próprios as conquistas industriais das sociedades ocidentais” (Checkland, 1989, p. 109). Essa missão apesar de ter obtido pouco sucesso no que tange à renegociação das condições desiguais dos tratados impostos ao Japão, serviu para influenciar as subsequentes reformas e estratégias diplomáticas do país.

Um dos mais importantes aprendizados relativos à política externa adquiridos neste período, como aponta Mainardi (2020), foi o de que nações sem disposição para atuar ofensivamente, eram mais suscetíveis à serem subjugadas ao domínio daquelas que a tinham. Assim, vemos já na primeira metade do século Meiji, o início de um posicionamento japonês internacional mais assertivo, a partir da anexação das ilhas Ryukyu e do incidente com Taiwan.

As ilhas Ryukyu, localizadas ao sul do Japão, há anos existiam sob um contexto de ambiguidade. Ao passo em que o Reino de Ryukyu constituía um reino independente, desde o século XIV, este atuava dentro do sistema tributário chinês. Similarmente, desde a invasão do *Han* de Satsuma às ilhas em 1609, o território havia entrado em uma relação de vassalagem com o Japão. Dessa forma, Ryukyu “experenciou um período de dupla subordinação à China

e ao Japão” (Almeida, p. 1, 2021). Tal cenário, sob a perspectiva japonesa, era insustentável. Descreve Mizuno (2009), que o governo Meiji, partindo de uma noção de soberania territorial ocidental, concluiu que a dupla subordinação das ilhas constituía uma ameaça à sua segurança nacional, e que esta teria de ser resolvida através da incorporação do arquipélago reino ao Japão.

É necessário pontuar aqui que o processo de anexação, que teve seu início em 1872 e oficialização em 1879, não foi meramente territorial. Almeida (2021) elucida que as políticas implementadas pelo governo Meiji na região tiveram como propósito uma assimilação também de natureza política e cultural do reino, o que ocorreu principalmente através de reformas no âmbito educacional, dentre as quais, a imposição da utilização da língua japonesa no arquipélago se destaca. Não surpreendentemente tal processo acentuou as tensões já existentes entre Japão e China, que eventualmente levariam as nações à primeira guerra sino-japonesa.

Outrossim, em dezembro de 1871, múltiplos tripulantes de um navio naufragado das Ilhas Ryukyu na costa de Taiwan foram mortos por habitantes locais. O governo japonês, vendo na situação uma oportunidade de reafirmar sua soberania sobre o arquipélago e estabelecer-se como um potência na região, optou por enviar suas forças ao território Taiwanês em uma expedição punitiva contra os nativos. Para Eskildsen (2002 apud Mizuno, 2009), o interesse japonês na ocupação de territórios aborígenes, podia ser visto como uma forma de “imperialismo” mimético; dado que os japoneses, visando elevar seu baixo status internacional em um mundo dominado pelo Ocidente, passaram a imitar as potências ocidentais. Nesse sentido, o governo Meiji teria apenas benefícios com a expedição, dado que ela:

“Reafirmaria a posição do Japão na Ásia, testaria as reorganizadas forças armadas Meiji, acalmaria as tensões internas, obteria o reconhecimento das potências estrangeiras e garantiria a segurança das fronteiras meridionais do país. Se Tóquio conseguisse anexar a ilha, ela obteria a sua entrada no grupo das potências imperiais descartando de uma vez por todas os títulos de nação atrasada, ameaçada e semi colonizada já em 1874.” (Mavropoulos, p. 311, 2018)

É importante mencionar que com essa expedição, o governo japonês não tinha intenção de gerar atritos com a dinastia chinesa, cuja soberania sobre o território de Taiwan mostrava-se contenciosa. De fato, sob a perspectiva japonesa, a região sul taiwanesa era "território aborígene verdadeiramente não reivindicado", o qual seria colonizado por razões humanitárias, como a civilização dos selvagens e, conseqüentemente, a ação do Japão era

justa. O governo chinês, contudo, não compartilhava dessa visão e ambas as nações, em 1874, já se preparavam para a guerra.

Após um período de negociações, a expedição teve seu fim no mês de outubro de 1874, quando Pequim assinou um acordo afirmando a legitimidade da ação japonesa e prometendo a estes uma compensação monetária pelo acontecido com os tripulantes naufragados de Ryukyu. Mavropoulos (2018) ressalta que a principal vitória para o governo Meiji neste momento se deu pelo fato de que ao organizar uma expedição punitiva, o país agiu como uma potência imperial e saiu impune, assim fortalecendo suas pretensões imperiais extraterritoriais.

Ainda no começo da Era Meiji, é necessário discutirmos o incidente de Ganghwa com a Coreia. Em 1875, um navio de guerra japonês, enviado à costa coreana com o objetivo de reconhecimento, foi alvejado por uma bateria costeira coreana ao entrar no rio Han. (Kim, 1999) Sobre o pretexto de buscar reparações pelo incidente, o Japão enviou uma frota de navios à Coreia e, em 1876, forçou o país a assinar o tratado de Ganghwa, o qual apesar de reconhecer a independência coreana, impunha ao país termos desiguais tais quais os impostos por imperialistas europeus e americanos ao Japão. Como aponta Strand (2004), além da abertura de três portos coreanos ao comércio nipônico, o Japão foi isento de taxas alfandegárias, recebeu direitos de extraterritorialidade, foi autorizado a usar dinheiro japonês e permitiu um cônsul japonês em Seul. Assim, para o desagrado dos setores conservadores coreanos e dos chineses, estabeleceu-se a influência japonesa na Coreia.

Nesse contexto, durante as décadas de 1880 e 1890, a rivalidade entre China e Japão, com o território coreano em seu centro, evoluiu. Entre historiadores há aqueles que consideram a razão disso como sendo econômica. De acordo com Beasley (1987), à medida que o Japão se modernizava, cada vez mais ganha importância a exportação de seus produtos para a Coreia. “Antes de 1882, cerca de 76 por cento destes produtos, tal como os da China, consistiam em têxteis ocidentais, comprados em Xangai e transbordados no Japão para destinos coreanos.” (Beasley, p. 45, 1987) Dez anos depois, em 1892, produtos produzidos no Japão já configuravam 87% desse total. Conseqüentemente, o setor manufatureiro japonês possuía legítimas motivações para pressionar seu governo a agir de forma que lhes desse vantagens sobre seus competidores chineses na península coreana.

Existem, por outro lado, aqueles que buscam fundamentação para a posição nipônica no campo da securitização. Há décadas Rússia e Inglaterra disputavam por influência no continente asiático no que ficou conhecido como o “Grande Jogo.” Aref (2023), descreve o momento como “uma disputa por novos mercados, territórios e prestígio, cujos dramas se

desenrolaram tão oeste quanto à Crimeia, e leste quanto ao Japão.” Visto isso, conforme o desenvolvimento Russo da ferrovia Transiberiana progredia, maior a preocupação japonesa quanto à sua segurança. Para dirigentes do governo Meiji como o então primeiro ministro, Yamaga Arimoto:

“Era um princípio fundamental, disse ele, manter a “linha de soberania” do Japão, ou seja, defender as ilhas japonesas. Além disso, porém, o Japão também deve manter uma “linha de vantagem”, um elemento essencial na qual estava a Coreia. Assim que a Rússia completasse a planejada ferrovia Transiberiana, a Coreia estaria em risco; e com a Coreia em risco, todo o leste estaria ameaçado de desordem. Conseqüentemente, "medidas para garantir a independência da Coreia" eram "cruciais para nossa linha de vantagem". (Beasley, p. 46, 1987)

Estabelecidas, portanto, algumas motivações do interesse japonês na península coreana, bem como o seu interesse em se colocar como uma potência forte no cenário internacional de forma a repelir os interesses imperialistas das nações ocidentais no continente, faz-se possível compreender os grandes conflitos em que o Japão se envolveu no período, bem como suas conseqüências. Em especial, trataremos da primeira guerra sino-japonesa e da guerra russo-japonesa de 1904.

Destarte, quanto ao conflito entre China e Japão, podemos afirmar que foi a culminação das tensões entre os países que cresceu a partir dos incidentes de Taiwan, do reino de Ryukyu e da Coreia. Em 1894, o governo coreano solicitou ajuda militar à China para conter a rebelião de camponeses adeptos à Donghak, uma “religião sincrética e nacionalista que se opunha à cultura ocidental” (Britannica, 2009) e a estrangeiros no geral. Chong (1989) aponta que o sentimento anti-japonês dos rebeldes mostrava-se particularmente notável. Vendo sua influência na região ameaçada pela intervenção chinesa, o Japão também enviou tropas ao território coreano.

A guerra sino-japonesa teve seu início oficial, após o fim da rebelião de Donghak. Como aponta Jansen (2002), o governo japonês, utilizou o momento para pedir aos chineses que os ajudassem a realizar reformas governamentais na Coreia similares às feitas com a restauração Meiji, tendo completa noção de que o pedido seria negado e que isso levaria a hostilidades. O conflito, em si, “consistiu principalmente em combates navais e terminou com a vitória japonesa completa em abril de 1895.” (Gordon, A., 2003) Com a assinatura do tratado de Shimonoseki ao final da guerra a China, além de ter que pagar uma compensação monetária aos japoneses, foi obrigada a afirmar a independência da Coreia e ceder a ilha de Taiwan, as Ilhas Pescadores e a Península de Liaodong ao Japão. Esta última, contudo, foi devolvida à China em função de pressões ocidentais.

Geopoliticamente, o conflito sino-japonês teve consequências significativas para a Ásia. A ratificação do Tratado de Shimonoseki e o consequente enfraquecimento da China resultaram em um aumento das pressões imperialistas no leste asiático. Para o Japão, a Coreia era uma preocupação estratégica central. Segundo Gordon, A. (2003), apesar da insistência japonesa em implementar reformas similares às de Meiji na Coreia, esta resistia veementemente. Contudo, incapaz de impedir os avanços japoneses sozinha, a Coreia recorreu à Rússia em busca de ajuda, aumentando as tensões entre as duas potências. Isso, somado ao fato de que a “demonstração do poder japonês e a sua vitória decisiva sobre a China ameaçaram fechar as portas do Leste Asiático à Rússia” (Britannica, 2024), fizeram com que, durante a década de 1890 os russos viessem a desafiar cada vez mais a dominância japonesa na região. Um exemplo disso foi o avanço russo sobre a Manchúria e a tomada da península de Liaodong em 1898.

A Guerra Russo-Japonesa, que teve início em 1904, marcou um ponto de inflexão significativo na história militar e política do início do século XX. O conflito começou com um ataque surpresa da marinha japonesa contra a frota russa em Port Arthur, sinalizando a determinação do Japão em consolidar seu poder na Ásia Oriental. Ao longo da guerra, o Japão demonstrou um nível de capacidade militar que os russos não previam, vencendo várias batalhas terrestres e navais, como a Batalha de Mukden e a decisiva Batalha de Tsushima. A guerra evidenciou a modernização e a eficácia das forças armadas japonesas, contrastando com as deficiências logísticas e estratégicas da Rússia. Em 1905, com a intermediação do presidente americano Theodore Roosevelt, foi assinado o Tratado de Portsmouth, que reconheceu a preeminência japonesa na Coreia e na Manchúria e marcou o declínio da influência russa na região. A partir dessa preeminência, “a língua e a cultura coreanas foram violentamente reprimidas e o Japão anexou formalmente a Coreia em 1910” (Britannica, 2024).

Mediante ao exposto, vemos que a política externa japonesa sofreu transformações drásticas das eras Tokugawa para Meiji. A nação que durante 200 anos isolou-se do mundo, sob a política conhecida como Sakoku, foi forçada a inserir-se no sistema internacional por pressões externas de potências imperialistas em busca de novos mercados consumidores e vantagens comerciais, o que trouxe a tona significativas mudanças políticas internas ao país. A partir da Restauração Meiji em 1868, o Japão iniciou um processo de modernização acelerada e expansão imperialista que eventualmente levou-o a ocupar a posição de uma das maiores potências asiáticas.

4. ANÁLISES TEÓRICAS DO IMPERIALISMO JAPONÊS

Com base no exposto sobre as abordagens teóricas do imperialismo e sobre o contexto social, econômico e da política internacional japonesa do final do século XIX e início do século XX, iremos, nesta seção, avaliar comparativamente as diferentes abordagens teóricas e determinar qual se faz mais útil para determinar e descrever as principais motivações e características relativas ao surgimento do imperialismo no Japão.

4.1 Lenin sobre o Imperialismo Japonês

Retomando o que foi apresentado a respeito da teoria de imperialismo de Vladimir Lênin, destacamos a definição apresentada pelo autor de que o imperialismo nada mais é do que o estágio mais elevado do capitalismo. A partir disso, de forma a sistematizar a avaliação da aplicabilidade dessa teoria ao caso japonês, utilizaremos como base três dos traços fundamentais dessa fase superior descritos por Lênin. São eles: (I) O surgimento de monopólios, a partir da concentração extrema da produção e do capital; (II) O surgimento e fortalecimento da oligarquia financeira; e (III) O aumento da importância econômica da exportação de capitais, em detrimento da exportação de mercadorias.

Destaca-se que o autor pontua também dois outros traços (IV): a formação de associações internacionais de capitalistas monopolistas que repartem o mundo entre si; e (V) a partilha territorial do globo entre as principais potências imperialistas. Entretanto, sob o entendimento de que estes descrevem a consolidação do imperialismo na ordem internacional e não o processo de emergência do fenômeno à nível nacional, ateremos nossa análise aos três primeiros.

Antes de nos aprofundarmos em cada um dos três pontos, faz-se mister pontuar que, apesar de seu rápido desenvolvimento comercial e industrial a partir do fim do xogunato Tokugawa, dificilmente pode-se argumentar que o Japão da era Meiji encontrava-se na fase mais elevada do capitalismo. Como aponta Ohno (2018), até 1912, quando a era Meiji oficialmente se encerra, é possível descrever a nação como industrializada no setor de manufaturas leves, especialmente têxteis. As indústrias pesadas e de máquinas, contudo, ainda eram embrionárias.

Dados macroeconômicos da época corroboram a noção de que o capitalismo japonês ainda tinha espaço para se desenvolver. Em especial, podemos destacar a manutenção da prevalência econômica da agricultura durante o período, algo incondizente com a realidade de

países capitalistas mais avançados. Henshall (2004, p. 113), pontua que “apesar do avanço da industrialização, a economia Meiji como um todo era dominada pela agricultura” e Bill Gordon corrobora estatisticamente a afirmação:

“A agricultura, silvicultura e pesca representavam 33% do produto econômico e 67% do emprego em 1910. A manufatura e a construção contribuíam com apenas 23% do produto econômico, sendo que mais da metade da produção manufatureira vinha de indústrias caseiras que empregavam menos de cinco pessoas. A manufatura consistia principalmente em produtos alimentícios e têxteis, cada um com 34%, enquanto a indústria pesada representava apenas 21%.” (Gordon, B., 2003)

Posto isso, podemos nos direcionar ao primeiro traço da fase superior do capitalismo, relativo aos monopólios, os quais Lênin (2011) considera serem a base econômica mais profunda do imperialismo, é necessário observarmos as zaibatsus. Estes conglomerados, descritos anteriormente, eram grandes grupos empresariais familiares que controlavam múltiplos setores da economia japonesa, desde bancos até indústrias e o comércio. Para tanto, esses conglomerados funcionavam em uma estrutura piramidal em que, descreve Nakamura (2015), uma empresa no ápice detém controle em um primeiro nível de um bloco de empresas subsidiárias, cada uma das quais detém blocos de controle em outras empresas listadas. Sendo assim, as zaibatsus configuram as instituições mais próximas da caracterização de monopólios fornecida por Lênin.

Apesar disso, existem significativas divergências entre teoria e prática. No que diz respeito ao seu surgimento, por exemplo, Lênin (2011, p. 263) afirma que os monopólios característicos da fase de decadência do capitalismo provêm “única e precisamente da livre concorrência.” Isto é, os monopólios surgem do acúmulo das desigualdades econômicas inerentes à “livre concorrência” capitalista e sinalizam a chegada de seu decaimento como ordem econômica. A maioria das zaibatsu, todavia, surgiu ainda nas fases iniciais do capitalismo japonês em função, não das falhas do livre mercado, mas sim das oportunidades criadas pela privatização massiva de empresas estatais a custos baixos nas décadas de 80 e 90.

Mais importante, durante a era Meiji a escala de monopólio descrita por Lênin, onde a concentração de capital e a centralização de controle são predominantes, não se manifesta propriamente com as zaibatsus. Como aponta Reis (2015, p. 46), de todas as 1645 empresas estabelecidas no período, apenas 3,16% eram zaibatsu. Sendo que “no setor primário e de construção foram registradas 12,04% de zaibatsu, em manufatura eram 4,85%, em serviços 1,02%, varejo e transporte 8,88%, utilidades 4,65%”. De fato, foi apenas a partir do período pós primeira guerra mundial, décadas depois do início da guinada imperialista

japonesa, que estes conglomerados atingiram sua forma madura. Como aponta Andrew Gordon (2003, p. 143), “já em 1918, os oito maiores zaibatsu detinham mais de 20% de todo o capital privado nos setores de manufatura, mineração e comércio da economia.”

Nesse sentido, a mesma conclusão pode ser atingida a respeito do segundo traço, referente à oligarquia financeira japonesa. Isso porque, por mais que o processo de surgimento do capital financeiro seja perceptível durante a era Meiji, a magnitude com que este influenciou o contexto econômico do país foi relativamente pequena. Apesar do fato de que o Japão em suas décadas de modernização pré-guerra era caracterizado, como descreve Lockwood (apud Miwa e Ramseyer, 2002), pela forte associação de grandes bancos aos conglomerados zaibatsu, a realidade posta pelos escassos dados econômicos disponíveis da época, mostra uma independência entre o financiamento dos bancos e o crescimento das firmas.

Miwa e Ramseyer (2002) argumentam que, ao contrário do modelo de capitalismo financeiro descrito por Lenin, onde os bancos desempenham um papel central na provisão de capital, as empresas japonesas no início do século XX obtinham quase todos os seus fundos através de mercados de capitais descentralizados e competitivos. Assim, a emissão de ações configurava uma das principais formas de levantamento capital. Isso é evidenciado pelo fato de que a maioria das grandes empresas dependia mais de capital próprio e retenção de lucros do que de empréstimos bancários. Por exemplo, em 1897, empresas de diversos setores industriais japoneses obtinham entre “53% e 73% de seus fundos através de emissões de ações e entre 5% e 18% de seus lucros retidos” (Miwa e Ramseyer, 2002, p. 135).

Tal contexto é corroborado também por Bill Gordon (2003), o qual descarta a noção leninista de que o capital financeiro é uma característica essencial do imperialismo, pelo fato de que até 1910, a participação dos cinco maiores bancos associados à zaibatus nos empréstimos era de apenas 17% do mercado total. Com isso, Beasley (1987, p. 8) pontua que:

“O capitalismo financeiro japonês [...] permaneceu fraco. Assim, nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, o imperialismo japonês ainda era caracterizado pela 'concentração de poder nas mãos dos militares' e mostrava-se 'dependente e subordinado ao imperialismo de outras potências'.”

Visto isso, passamos, enfim, ao terceiro traço da fase superior do capitalismo pontuado por Lenin: “a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande.” Antes de mais nada, é necessário entendermos a diferença entre estes dois tipos de exportações. A partir dos escritos de Lenin, podemos

estabelecer que diferente da exportação de mercadorias, onde a mais-valia já é produzida no país exportador, a exportação de capital envolve o envio de capital produtivo ou empréstimos para outros países, onde a mais-valia é gerada no país receptor e apropriada pelos capitalistas do país exportador.

Na experiência japonesa do Meiji, a relevância da exportação de capitais como estratégia para estabelecer e consolidar sua presença em territórios coloniais como a Coreia, Taiwan, a Manchúria e o norte da China, é sim perceptível. Como apontam Crespo, Santiago, Mazat (2016), o Banco japonês Yokohama, por exemplo, desempenhou um papel fundamental na expansão econômica do Japão, ao fazer circular notas bancárias na China e ao assumir o comércio de grãos da Manchúria após a Guerra Sino-Japonesa. Dito isso, assim como colocado em relação aos pontos anteriores, o problema para a adequação da teoria leninista à realidade japonesa se dá por uma questão de magnitude.

Por mais que houvesse no Japão da época um direcionamento de capital para as colônias, como descreve Gordon, B. (2003), o nível de atividade econômica entre as nações era relativamente baixo. Efetivamente, da restauração Meiji até o seu fim, o balanço de pagamentos do Japão permaneceu negativo, em função dos empréstimos internacionais feitos para fomentar a industrialização e, em especial, a militarização do país. De acordo com Beasley (1987), a dívida externa japonesa, que em 1903 já era de 98 milhões de ienes, cresceu consideravelmente, aumentado para 312 milhões em 1904, e no final de 1905, para 1.142 milhões. Esse aumento, destaca-se, ocorreu dos empréstimos feitos por Nova York e Londres durante a guerra russo-japonesa. Com isso, foi apenas uma década depois, com o fim da primeira guerra mundial que o Japão mudou seu status internacional:

À medida que os concorrentes europeus se ocupavam com a produção militar, o Japão conseguiu penetrar em novos mercados e desenvolver as indústrias para suprir essas necessidades. Assim, tornou-se pela primeira vez um credor internacional, capaz de fornecer, com seus próprios recursos, o capital para a expansão econômica no exterior (Beasley, 1987, p. 116)

Com isso, a análise da teoria de Lenin aplicada ao imperialismo japonês mostra que, embora alguns aspectos de sua teoria possam ser observados no Japão, há diferenças significativas que limitam sua aplicabilidade total. Lênin define o imperialismo como o estágio mais elevado do capitalismo, caracterizado pelo surgimento de monopólios, fortalecimento da oligarquia financeira e aumento da exportação de capital. No Japão Meiji, embora existissem os zaibatsus que se aproximam dos monopólios, elas falharam em dominar o mercado em escala suficiente para serem consideradas monopolistas. A oligarquia

financeira japonesa também era menos dominante do que na teoria leninista, e a exportação de capitais, embora presente, era de menor magnitude, com o Japão sendo mais um devedor do que um credor internacional até a Primeira Guerra Mundial. Portanto, embora a teoria de Lenin forneça algumas ferramentas úteis para entender certos aspectos do imperialismo japonês, ela não se encaixa perfeitamente devido às particularidades do desenvolvimento econômico do país.

4.2 A Perspectiva Nacionalista sobre o Imperialismo Japonês

Postulamos anteriormente, em relação ao imperialismo fundamentado na noção de superioridade nacional, que seu acontecimento depende da construção de uma identidade nacional forte e unificada, amparada na percepção de excepcionalidade de um grupo em relação a outros. A expansão territorial e a dominação de outros povos, a partir disso, assume um caráter civilizatório e moral. Torna-se o dever dos “escolhidos” compartilhar sua grandeza com os menos privilegiados. Nesse sentido, o imperialismo não é uma escolha feita pelos Estados, mas sim uma obrigação ética pautada no nacionalismo exacerbado que estes se veem compelidos moralmente a aceitar.

No caso do Japão, a construção de excepcionalidade nacional no imaginário popular se deu através de muitos séculos. Sua origem pode ser atribuída à criação de mitos pelo Imperador Tenmu do século VII, posteriormente difundidos e popularizados pelo país. Como aponta Henshall (2004), Tenmu tinha como objetivo legitimar o poder imperial ao dar a ele origens divinas. Dito isso, pela forma com que os mitos foram descritos, “quase todos os japoneses poderiam reivindicar descendência divina”, apesar de que a família imperial mantinha um status elevado por serem considerados descendentes da divindade suprema, Amaterasu. Desde então, a associação do divino ao imperial japonês foi tão bem enraizada culturalmente que persiste, mesmo que de forma mais sutil, até os dias atuais.

Durante o xogunato Tokugawa, o quase completo isolamento do Japão do resto do mundo, para além da manutenção do imaginário mítico japonês, características importantes da identidade nacional japonesa pudessem se consolidar sem interferências externas. A rígida estrutura e hierarquização social mantida pelo regime conservador do xogunato e substanciada pelo *Bushido*, o código de conduta samurai, propiciaram no povo o surgimento de fortes sentimentos de comprometimento para com seu dever e com a moralidade. Sendo esta última, como explicado anteriormente, pautada na adequação dos indivíduos à sua função social e não concepções de certo ou errado.

Ao final do período Edo, a ameaça estrangeira à soberania japonesa, especialmente com os tratados desiguais que lhe atribuíam o status de não civilizado, desafiaram a noção de identidade e patriotismo nacional do Japão. Descreve Henshall (2004, p. 68) que “isto feriu enormemente o orgulho e a sensibilidade japoneses, pois eram os demônios ocidentais – e não os japoneses – que deveriam ser os bárbaros.” É, portanto, em resposta a isso, com a restauração Meiji que o nacionalismo japonês toma forma propriamente e impele o país em direção ao imperialismo.

Dentre as ações que proporcionaram tal acontecimento estiveram, como aponta Sumikawa (1999), as reformas realizadas pelo governo no âmbito educacional, dentre as quais a instauração da compulsoriedade da educação se destaca. Isso porque, como aponta o autor, algum tempo depois da restauração de 1868, ocorreu no país uma ressurgência do conservadorismo no país. A partir disso, “princípios do confucionismo e do xintoísmo, incluindo a adoração do imperador, foram cada vez mais enfatizados e doutrinados nas instituições de ensino” (Sumikawa, 1999, p. 2). Da mesma forma estes valores foram disseminados no âmbito militar após o estabelecimento da obrigatoriedade do alistamento e serviço no exército.

Assim, cada vez mais popularizou-se a ideia de que o Japão estava destinado a ajudar as nações ao seu redor a alcançarem o mesmo sucesso que este experienciava e a, eventualmente, assumir seu lugar como de direito como um líder mundial. Kita Ikki, pensador e nacionalista radical, por exemplo, “via o Japão como tendo um destino especial como libertador da Ásia nações sob o jugo do imperialismo ocidental. Depois que o Japão foi restaurado à saúde e à vitalidade, então poderia liderar uma Ásia unida e livre.” (Henshall, 2004, p. 114).

Frente à essa construção, portanto, cada avanço imperialista japonês sobre outros territórios não só era motivado pelo sentimento nacionalista de superioridade e pelo mito de associação imperial ao divino, como também o fortalecia. A guerra sino-japonesa, por exemplo, era necessária da perspectiva japonesa uma vez que de acordo com a tradição chinesa “o imperador chinês governava 'tudo sob o céu'”, o que “incluía todos aqueles que subscreviam os valores confucionistas com os quais o próprio imperador estava comprometido” (Beasley, 1987, p. 41) Ou seja, a guerra era necessária para enfraquecer a contestação ideológica que a China apresentava para a noção de que Japão deveria liderar a região. E o resultado foi exatamente este.

Com a vitória japonesa sobre os chineses, não só o Japão recebeu reconhecimento internacional como uma potência asiática, como também fortaleceu o patriotismo de sua

própria população. Jansen (2002, p. 437) coloca que o “orgulho nacional foi fundamental neste processo; o Tokyo Asahi editorializou que o imperialismo era uma expressão da energia nacional básica manifestada através da organização do Estado.” Da mesma forma o autor descreve os efeitos da vitória do país sobre a Rússia, uma década depois:

Essas as vitórias forneceram os épicos da moderna tradição militar e naval japonesa. As discussões futuras sobre a Manchúria seriam formuladas em termos dos sacrifícios que os geração Meiji tinha feito em Port Arthur, e a reverência que o imperador Meiji inspirou como líder espiritual de seu país foi em grande parte devida à sua presença à frente do seu país num momento de grande crise. (Jansen, 2002, p 440)

Assim, a teoria nacionalista do imperialismo, que fundamenta a expansão territorial na construção de uma identidade nacional forte e na percepção de excepcionalidade, parece se encaixar bem no contexto japonês. A construção de uma identidade nacional baseada em mitos de origem divina e a ênfase no nacionalismo exacerbado foram centrais para a restauração Meiji e a subsequente política expansionista. O Japão se via como destinado a liderar a Ásia e a civilizar as nações ao seu redor, um sentimento que foi intensificado pelas vitórias em guerras contra a China e a Rússia.

Apesar disso, ações como anexações territoriais, realizadas pelo império japonês, representam pontos de contradição à essa teoria. Isso ocorre porque, ao incorporar novos territórios e populações diversas, o Estado imperialista enfrenta desafios significativos para integrar essas novas regiões e seus habitantes na identidade nacional existente. A diversidade cultural, étnica e linguística dos territórios anexados muitas vezes gera conflitos internos e resistência à dominação externa, minando a coesão social e criando divisões internas. Com isso, essas dinâmicas acabam corroendo a narrativa de um destino comum e uma identidade compartilhada, fundamentais para o nacionalismo, revelando as contradições e fragilidades subjacentes aos projetos imperialistas.

4.3 Morgenthau sobre o Imperialismo Japonês

Tratando da perspectiva teórica de Hans Morgenthau sobre o imperialismo, algumas noções centrais se fazem importantes retomar. Como vimos anteriormente, os realistas partem do pressuposto de que o cenário internacional é anárquico e, conseqüentemente, os Estados com mais poder são aqueles que podem fazer valer seus interesses sobre os outros. Assim, de forma geral, os agentes no sistema internacional atuam a partir da aplicação de políticas para conservar poder e manter o *status quo*, ou aumentar seu poder e fazer esse *status quo* pender a seu favor. Estas últimas são chamadas de políticas imperialistas. Visto isso, é possível, a partir

da teoria de Morgenthau, afirmarmos que o surgimento do imperialismo no Japão era quase inevitável em função do contexto internacional da época e que ocorreu tão cedo quanto a restauração Meiji de 1868.

Isso porque, desde o momento da integração japonesa ao cenário internacional com a abertura do país impulsionada pelo americano Matthew Perry em 1853, o país esteve sujeito às vontades das potências ocidentais dominantes do período. A ratificação de tratados desiguais, assim chamados por garantirem privilégios unilaterais e que feriam a soberania da nação à quem eram impostos, pode ser encarada como uma política de conservação do *status quo* por parte de potências como os Estados Unidos e a Inglaterra. Jansen (2002), por exemplo, descreve que um dos problemas posto por esses tratados era que eles limitavam a capacidade japonesa de proteger suas indústrias nascentes em função dos privilégios comerciais concedidos a estrangeiros e, conseqüentemente, dificultavam que o país adquirisse mais poder.

Nesse contexto, Henshall (2004), pontua que os restauracionistas Meiji, humilhados pelos 'tratados desiguais' assinados nos últimos anos do xogunato, visavam que o Japão fosse tratado internacionalmente como um igual – ou, idealmente, como um superior às outras nações. Assim, uma das principais pautas de ação do governo Meiji, descrita nas palavras de Jansen (2002, p. 326) como “libertar o seu país das algemas do estatuto semicolonial ao qual tinha sido reduzido,” era essencialmente imperialista. Estabelecido isto, podemos analisar a trajetória do Japão sob o governo Meiji apresentada anteriormente, de forma a avaliar se esta condiz com a caracterização inicial do país como imperialista.

De acordo com Morgenthau (2003), existem três cenários que propiciam a adoção de políticas de imperialismo pelas nações: guerra perdida, guerra vencida, e fraqueza percebida. Cada uma dessas, de acordo com o autor, “dadas as necessárias condições subjetivas e objetivas para uma política externa ativa, irão quase que inevitavelmente produzir uma política de imperialismo” (2003, p. 112)

Começaremos, pois, pelo cenário de guerra perdida, o qual pressupõe que o Estado derrotado no conflito buscará recuperar suas perdas e, se possível, ganhar mais. Esta realidade, não se fez propriamente presente no contexto japonês do período. Notoriamente, do Edo ao Meiji, apesar de experienciar atritos em múltiplas ocasiões com diversas outras nações, o Japão envolveu-se em apenas duas guerras, uma contra a China em 1894, e outra contra a Rússia em 1904. Ambas resultaram na vitória nipônica. Apesar disso, é possível aplicarmos o teor deste cenário à imposição dos tratados desiguais ao Japão pelos Estados Unidos. Isso porque, mediante a demonstração do poderio naval americano os regentes

Tokugawa aceitaram muitos dos mesmos prejuízos impostos à China pelos tratados, sem que houvesse um embate. Dessa forma ações como a rápida industrialização e militarização do país, visando obter o poder para renegociar os tratados, podem ser vistas como parte de um projeto imperialista.

Em seguida, temos a situação de guerra vencida, na qual, antecipando a vitória em conflitos, um Estado pode adotar políticas imperialistas para alterar permanentemente o equilíbrio de poder. No contexto da guerra sino-japonesa, podemos apontar a imposição do tratado de Shimonoseki pelo Japão como uma dessas ações, dado que este resultou em uma redistribuição significativa de poder na região. Ao obter territórios estratégicos como Taiwan, por exemplo, o Japão não apenas expandiu seu território, mas também sua influência e presença militar na Ásia Oriental.

Similarmente, o tratado de Portsmouth, que colocou fim ao conflito russo-japonês, marcou um momento de alteração significativa do *status-quo*, uma vez que a vitória do Japão sobre a Rússia “foi a primeira vitória sobre um país ocidental por uma nação não ocidental” (Henshall, 2004, p. 95). Contexto especialmente significativo dado que esta vitória efetivamente deu fim à política expansionista da Rússia no Leste Asiático (Britannica, 2024). Nisso, o Japão não apenas consolidou seu poder material através da obtenção de territórios como a Ilha Sakhalin, a Península de Liaodong, e do reconhecimento da legitimidade de seus interesses na Coreia que eventualmente permitiu que a anexasse, como também seu poder simbólico na região. Como descreve Jansen (2002, p. 440), “não só o Japão era agora uma grande potência mundial, mas o seu desempenho tinha despertado a admiração do mundo.

Por fim, temos ainda a situação de fraqueza percebida, em que um Estado adota políticas imperialistas para preencher vácuos de poder que identifica em determinada região. A anexação japonesa do reino Ryukyu iniciada em 1872 e concluída em 1879 constitui um bom exemplo deste ponto. Como exposto anteriormente, as ilhas Ryukyu há muito tempo existiam sob um contexto de dupla subordinação. Por mais que as ilhas integrassem o sistema tributário chinês, os japoneses consideravam-nas como sua. Nesse sentido, a operação de incorporação do território promovida pelo Japão pode ser vista como um ataque direto à posição chinesa na região, e isto não teria acontecido caso houvesse da parte japonesa a percepção de uma força chinesa suficientemente grande. O mesmo pode ser dito a respeito da expedição punitiva lançada pelo Japão ao território aborígine de Taiwan em 1871, cuja legitimidade os japoneses forçaram a dinastia chinesa a reconhecer.

Conclui-se, portanto, que a perspectiva realista de Morgenthau sobre o imperialismo, que se baseia na anarquia do sistema internacional e na busca dos Estados por poder, é

particularmente eficaz para explicar o imperialismo japonês. Desde a abertura forçada do Japão pelos americanos em 1853 e a imposição dos tratados desiguais, o Japão se viu compelido a aumentar seu poder para garantir sua soberania e melhorar sua posição internacional. A rápida industrialização e militarização sob o governo Meiji podem ser vistas como uma resposta às políticas de conservação do status quo das potências ocidentais. Enquanto isso, as vitórias em guerras contra a China e a Rússia e a subsequente expansão territorial são exemplos claros de políticas imperialistas visando alterar o equilíbrio de poder. Além disso, a anexação do reino Ryukyu e as ações em Taiwan mostram o Japão preenchendo vácuos de poder percebidos na região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo aplicar diferentes teorias sobre imperialismo ao caso histórico japonês de forma a avaliar sua capacidade explicativa do mesmo. Neste contexto, as teorias de Lênin, de Morgenthau e a teoria

nacionalista foram escolhidas por estarem entre as mais conhecidas e citadas dentre seus viéses teóricos. Com Lênin representando uma perspectiva marxista, que dá primazia às motivações econômicas para explicar o surgimento do imperialismo, Morgenthau que, como teórico realista, atribui o fenômeno às questões securitárias e a corrente nacionalista, pautada no âmbito ideológico, considera-se que foi possível no decorrer do trabalho abranger de forma satisfatória a pluralidade teórica do imperialismo.

O referencial histórico do Japão, por sua vez, foi escolhido pela excepcionalidade de seu contexto comparado ao das potências europeias e os Estados Unidos. A nação do sol nascente adentrou um sistema internacional dominado por grandes estados imperialistas e coloniais de forma rápida e forçada e mesmo assim experienciou um desenvolvimento meteórico que a permitiu obter, em poucas décadas, status e poder comparável ao dos antigos poderes mundiais. Frente a isso, a análise histórica japonesa, conforme apresentada nesta monografia, revela a complexidade e as múltiplas dimensões que caracterizam a expansão imperial do Japão desde o período Edo até o final da era Meiji, no século XX.

Aplicadas, portanto, a teoria de Lênin, o nacionalismo e o realismo de Morgenthau, ao contexto japonês, foi possível identificar que a perspectiva realista oferece uma explicação mais abrangente e coerente para a trajetória imperialista japonesa. O realismo, ao focar na anarquia do sistema internacional e na busca incessante dos Estados por poder, fornece uma base sólida para entender as ações do Japão. A abertura forçada pelo Comodoro Perry em 1853 e os subsequentes tratados desiguais impuseram ao Japão a necessidade de modernização e expansão para garantir sua sobrevivência e soberania. Esse processo culminou na rápida industrialização e militarização sob o governo Meiji, bem como nas vitórias significativas contra a China e a Rússia, que solidificaram o Japão como uma potência emergente e alteraram o equilíbrio de poder na Ásia.

Além disso, a anexação de territórios como o reino Ryukyu e Taiwan exemplifica a política de preenchimento de vácuos de poder percebidos na região, uma característica típica da estratégia realista. Tais ações demonstram o pragmatismo japonês em utilizar oportunidades para expandir seu território e influência estrategicamente, de forma a, concomitantemente, minar a influência de outras potências na região.

Em contraste, as teorias de Lênin e do nacionalismo, embora relevantes, não capturam plenamente as nuances do imperialismo japonês. A visão de Lenin, centrada na decadência do capitalismo e no surgimento de monopólios, não se alinha perfeitamente com o contexto japonês, especialmente considerando o papel limitado das zaibatsus e a independência relativa dos bancos japoneses durante o período de modernização. Eventualmente, no período do entre

guerras, a caracterização leninista do estágio superior do capitalismo se fez claramente perceptível no Japão, entretanto, dado à sua inaplicabilidade ao momento em que surge o imperialismo, não podemos considerar a teoria de todo correta. Já a perspectiva nacionalista, que enfatiza a superioridade cultural e a missão civilizadora, apesar de descrever corretamente os sentimentos ecoados pela população e governo japonês da época, falha em explicar as motivações estratégicas e de poder subjacentes às ações imperiais do Japão.

Portanto, conclui-se que a teoria realista de Morgenthau é a mais adequada para explicar o imperialismo japonês, oferecendo uma compreensão clara das dinâmicas de poder que impulsionaram o Japão a adotar políticas expansionistas. Com isso, esperamos que este estudo não só contribua para a literatura sobre imperialismo e relações internacionais, mas também proporcione insights valiosos sobre as estratégias geopolíticas que continuam a influenciar as ações dos Estados no cenário global atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Giovanna Maia Tavares de. **“ILHAS DE NINGUÉM” OU “A PRIMEIRA VÍTIMA DO IMPERIALISMO JAPONÊS”?: o debate historiográfico sobre a okinawa anexada (1879-1945)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31, 2021, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2021. p. 1-12.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Londres: Verso, 1991.

AMADEO, Javier. Resenha de: ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-first Century. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** London – New York, Verso, 2007, 420 p. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Unesp, n. 27, 2008, p.175-178.

AREF, Anees. **The 'Great Game': Fiction and folly in the world empire.** Disponível em: <https://responsiblestatecraft.org/2023/06/19/the-great-game-fiction-and-folly-in-world-empire/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BEASLEY, W.G. **Japanese Imperialism 1894-1945.** Clarendon Press, 1987.

BRANTLINGER, Patrick. Kipling's. **English Literature In Transition, 1880-1920**, [S.L.], v. 50, n. 2, p. 172-191, 2007. English Literature in Transition (Project Muse). <http://dx.doi.org/10.1353/elt.2007.0017>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tipos de dominação, segundo Weber.** http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8433-1107-2011-link-maxweber&category_slug=julho-2011-pdf&Itemid=30192#:~:text=Tipos%20de%20dominação%2C%20segundo%20Weber&text=A%20dominação%20é%20sempre%20resultado,subordinados%20ao%20poder%20de%20outros.

BRITANNICA, The Editors Of Encyclopaedia (ed.). **Donghak Uprising.** 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Tonghak-Uprising>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRITANNICA, The Editors Of Encyclopaedia (ed.). **Russo-Japanese War.** 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Russo-Japanese-War>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRITANNICA, The Editors Of Encyclopaedia (ed.). **Tokugawa period.** 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Tokugawa-period>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CHECKLAND, Olive. The Iwakura Mission. **Britain's Encounter With Meiji Japan, 1868–1912**, [S.L.], p. 109-118, 1989. Palgrave Macmillan UK. http://dx.doi.org/10.1007/978-1-349-10609-7_7.

CRESPO, Eduardo; SANTIAGO, Marcus Cardoso; MAZAT, Numa. A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DURANTE A RESTAURAÇÃO MEIJI (1868-1912). **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 607-642, dez. 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. NAVAL HISTORY AND HERITAGE COMMAND. (comp.). **Commodore Matthew C. Perry and the Opening of Japan.** Disponível em: <https://www.history.navy.mil/content/history/nhhc/research/library/exhibits/commodore-matthew-c-perry-and-the-opening-of-japan.html>. Acesso em: 19 abr. 2024

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. SMITHSONIAN INSTITUTIONAL ARCHIVES. (comp.). **U.S. Japan Expedition Commodore Matthew C. Perry - (1852-1854).** Disponível em: https://siarchives.si.edu/collections/auth_exp_fbr_eace0029. Acesso em: 19 abr. 2024.

GIBSON, James E.. **A Study of Peasant Uprisings in the Tokugawa era: their causes, types and effects.** 1948. 40 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Artes, Universidade de Michigan, [S.I.], 1948.

GILPIN, Robert G.. The richness of the tradition of political realism. **International Organization**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 287-304, 1984. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300026710>.

GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: from tokugawa times to the present.** Nova York: Oxford University Press, 2003.

GORDON, Bill. **Explanations of Japan's Imperialistic Expansion, 1894-1910.** 2003. Disponível em: <http://www.bill-gordon.net/papers/imperialism.htm>. Acesso em: 12 fev. 2024.

HALL, John Whitney. **Japan: from prehistory to modern times.** Tokyo: Tuttle Publishing, 1971.

HENSHALL, Kenneth G.. **A History of Japan: from stone age to superpower.** 2. ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

HOBSBAWN, Eric J.. **A era dos impérios, 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOWLAND, Douglas R.. Samurai Status, Class, and Bureaucracy: a historiographical essay. **The Journal Of Asian Studies**, [S.L.], v. 60, n. 2, p. 353-380, mai. 2001. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.2307/2659697>.

JANSEN, Marius B.. **The Making of Modern Japan.** Cambridge: Harvard University Press, 2002.

JAPÃO. **Carta de Juramento de 1868.** 1868. Documento histórico.

KIM, Kwan-Young. **Japan and Korea: a turbulent history.** 1999. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, [S.I.], [S.I.], 1999.

STRAND, Wilson. Opening the Hermit Kingdom. **History Today**, [s. l.], v. 54, n. 1, p. 1-7, 2004.

LAKE, David A.. Imperialism. In: WRIGHT, James D. (ed.). **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences.** [S.I.]: Elsevier Publications, 2015. p. 682-684.

LEITE, Eldo L.; FERREIRA, Andreza Silene S.BATISTA, José Roniere M.; ESTRAMIANA, José Luiz A.; TORRES, Ana Raquel R.. Nacionalismo, patriotismo e essencialismo na construção da identidade nacional brasileira. **Temas em Psicologia**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 2063-2075, 2018. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.4-13pt>.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.** Campinas: Navegando Publicações, 2011.

MAINARDI, Benjamin E.. The Russo-Japanese War: origins and implications. **James Madison Undergraduate Research Journal.** [S.I.], p. 6-14. abr. 2020.

MAVROPOULOS, Nikolaos. The First Japanese effort to colonize Taiwan and the Chinese Reaction. **Athens Journal Of History**, [S.L.], v. 4, n. 4, p. 307-328, 30 set. 2018. Athens Institute for Education and Research ATINER. <http://dx.doi.org/10.30958/ajhis.4-4-4>.

MIWA, Yoshiro; RAMSEYER, J. Mark. BANKS AND ECONOMIC GROWTH: implications from japanese history. **Journal of Law and Economics**, [S.I.], v. 45, n. 1, p. 127-164, abr. 2002.

MIZUNO, Norihito. Early Meiji Policies Towards the Ryukyus and the Taiwanese Aboriginal Territories. **Modern Asian Studies**, [S.L.], v. 43, n. 3, p. 683-739, maio 2009. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0026749x07003034>.

MORCK, Randall; NAKAMURA, Masao. A Frog in a Well Knows Nothing of the Ocean: a history of corporate ownership in japan. **National Bureau Of Economic Research**. [S.I.], p. 367-465. Nov. 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade Federal de Brasília, 2003.

NAGAHARA, Keiji. The Historical Premises for the Modernization of Japan: on the structure of the "tokugawa shogunate". **Hitotsubashi Journal of Economics**. Kunitachi, p. 61-72. out. 1962.

NAKAMURA, Masao. Economic Development and Business Groups in Asia: Japan's experience and implications. **International Advances In Economic Research**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 81-103, 15 jan. 2015. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11294-014-9508-6>.

NORIHITO, Mizuno. **China in Tokugawa Foreign Relations: the tokugawa bakufu's perception of and attitudes toward ming-qing china**. 2004. 37 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Universidade do Estado de Ohio, [S.I.], 2004.

OHNO, Kenichi. **The History of Japanese Economic development: origins of private dynamism and policy competence**. Nova York: Routledge, 2018.

PRATT, Julius W.. The Origin of. **The American Historical Review**, [S.L.], v. 32, n. 4, p. 795, Jul. 1927. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1837859>.

REICHERT, Emmanuel Henrich. **O IMPERIALISMO LEGAL E SEUS LIMITES: um estudo da extraterritorialidade americana no japão (1858-1899)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. Florianópolis: 2015. p. 1-11.

REIS, Laís Campos. **A HEGEMONIA DO “OUTRO”, OCIDENTE E IMPERIALISMO: a mudança de identidade japonesa na era meiji (1868-1912)**. 2015. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

RÍKARÐSSON, Árni Breki. **Origins of the Zaibatsu Conglomerates: Japanese zaibatsu conglomerates in the meiji period 1868-1912**. 2020. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Japanese Language And Culture, Universidade da Islândia, [S.I.], 2020.

SCHAEDE, Ulrike. Forwards and futures in tokugawa-period Japan: a new perspective on the dōjima rice market. **Journal Of Banking & Finance**, [S.L.], v. 13, n. 4-5, p. 487-513, set. 1989. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0378-4266\(89\)90028-9](http://dx.doi.org/10.1016/0378-4266(89)90028-9).

SUMIKAWA, Shunsuke. **The Meiji Restoration: roots of modern japan**. Roots of Modern Japan. 1999. Disponível em: <https://www.lehigh.edu/~rflw1/courses/1999/spring/ir163/Papers/pdf/shs3.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SZCZEPANSKI, Kallie. **Japan's Alternate Attendance System**. 2023. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/what-was-japans-alternate-attendance-system-195289>. Acesso em: 15 fev. 2024.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **Japão: da industrialização tardia à globalização financeira**. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. – Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 223-249.

TUNICK, Mark. **Tolerant Imperialism: John Stuart Mill's defense of British rule in india**. The Review Of Politics, [S.L.], v. 68, n. 4, p. 586-611, 27 out. 2006. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0034670506000246>.

WALTZ, Kenneth N.. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WILLIS, K. D.. **FIRST WORLD**. Disponível em: https://pure.royalholloway.ac.uk/ws/portalfiles/portal/1892960/First_World.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.